





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Fundação de Apoio a Escola Técnica

PREGÃO ELETRÔNICO PE Nº 002/2021-R1

ITEM		CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
						UNIT.	GLOBAL
 <b>SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</b> <b>ANEXO I</b> <b>Proposta Detalhe</b>				<b>PROCESSO SEI Nº 260005/002834/2020</b>			
A empresa ao lado propõe-se a fornecer ao Estado do Rio de Janeiro pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Licitação por:				Licitação por: Pregão Eletrônico Nº 002/2021-R1			
Pregão Eletrônico Nº 002/2021-R1				Requisição: PES Nº 002/2021-R1			
CARIMBO DA EMPRESA							
07.028.841/0001-56							
DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA							
Av. Pastor Martin Luther King Jr, 126							
sala 1318 Torre 1000							
CEP 20765 - 000							
Del Castilho - RJ							
<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - VIGIA</b>							
1	0210.001.0019 (ID - 148787)	SERVICOS TERCEIRIZADOS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA PARA SERVICO DE VIGIA <b>Observação:</b> Conforme Termo de Referência anexo. <b>IMPORTANTE:</b> <b>DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DOS SEGUINTE FORMULÁRIOS PERTENCENTES AO TERMO DE REFERENCIA :</b> - Anexo IV - Planilha de Custos por FUNÇÃO - AnexoVII - Planilha de Estimativa com Preço Unitário por Função	MÊS	12	258.272,52	3.099.270,24	
<b>OBSERVAÇÕES:</b>							
A PROPOSTA DETALHE deverá:				<b>Prazo de Execução: 12 MESES</b>			
1ª - Digitar,sememendas e rasuras; conter os preços em algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente o us eu procurador.				<b>Validade da Proposta Detalhe</b> (preços válidos), por 60 (sessenta) dias			
2ª - O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA-DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.				<b>Local de Execução:</b> De acordo com os Locais estipulados no Termo de Referência			
3ª - A via da PROPOSTA-DETALHE <b>junto com os outros Anexos</b> , deverão ser entregues na FAETEC, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento.				<b>Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente</b>			
4ª - A licitação mediante PROPOSTA-DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.				<b>Em: 10 / 12/ 2021</b>			
<b>OBS: Informar dos dados bancários:</b>				 Firma Proponente			
Bradesco - 237 - AG 2921 - CC 0030022-5							



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Fundação de Apoio a Escola Técnica

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1  
ANEXO VII

PLANILHA DE ESTIMATIVA COM PREÇOS UNITÁRIOS POR FUNÇÃO

Lote I - Administração Central

	Função	Carga Horária Função	Valor Salário	Valor dos Custos (ANEXO IV)	Valor Anual	Quantidade por Função	VALOR TOTAL ANUAL
	Vigia						
1	Vigia Diurno 12 X 36	180	1.441,67	3.091,87	37.102,44	30	R\$ 1.113.073,20
2	Vigia Noturno 12 X 36	180	1.441,67	3.366,02	40.392,24	30	R\$ 1.211.767,20
3	Vigia Diurno 44h	176	1.441,67	3.293,03	39.516,36	14	R\$ 553.229,04
4	Encarregado de Vigia	176	1.624,91	4.608,35	55.300,20	4	R\$ 221.200,80
TOTAL						78	R\$ 3.099.270,24

*[Handwritten signature]*  
*02*



De Sá Construções e Serviços Ltda  
07.028.841/0001-56

03



De Sá Construções e Serviços Ltda  
07.028.841/0001-56

04





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Fundação de Apoio à Escola Técnica

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1

ANEXO IV

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de Vigia (em escala 12 x 36 horas noturno), executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referencia - Processo SEI N° 260005/002834/2020	
Pregão Eletrônico nº 002/2021	
Data da Realização: 07/12/2021	Horário: 10:00 Horas
Data da apresentação da Proposta: 10/12/2021	

UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	POSTO DE SERVIÇO	HORAS SEMANAIS
1	Vigia Noturno 12 X 36	escala 12 X 36 horas

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.441,67, categoria de Vigia, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo em RJ000713/2021

II	MÃO DE OBRA		
	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário		R\$ 1.441,67
B	Adicional de periculosidade	0,00%	
C	Adicional de insalubridade	0,00%	R\$ -
D	Adicional noturno	20,00%	R\$ 146,67
E	Hora noturna adicional		
F	Adicional de hora extra		
G	Intervalo intra jornada		
H	Outros (especificar):		
Total da Remuneração			R\$ 1.588,34

III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)		
	<b>GRUPO "A"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1	INSS	20,00%	R\$ 317,67
2	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 23,83
3	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 15,88
4	INCRA	0,20%	R\$ 3,18
5	Salário Educação	2,50%	R\$ 39,71
6	FGTS	8,00%	R\$ 127,07
7	Seguro acidente do trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 23,83
8	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,53
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>35,30%</b>	<b>R\$ 560,68</b>
	<b>GRUPO "B"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
9	Férias	11,11%	R\$ 176,46
10	Ausência por doença	0,01%	R\$ 0,16
11	Licença maternidade/paternidade	0,01%	R\$ 0,16
12	Ausências legais	0,01%	R\$ 0,16
13	Ausência por acidente de trabalho	0,01%	R\$ 0,16
14	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 30,81
15	13º Salário	8,33%	R\$ 132,31
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>21,42%</b>	<b>R\$ 340,22</b>
	<b>GRUPO "C"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
16	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 6,67
17	Indenização Adicional	1,00%	R\$ 15,88
18	Indenização (Rescisões sem justa causa)	1,00%	R\$ 15,88
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>2,42%</b>	<b>R\$ 38,43</b>
	<b>GRUPO "D"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
16	Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 120,08
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>7,56%</b>	<b>R\$ 120,08</b>
	<b>GRUPO "E"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
16	Incidência do grupo "A" sobre o item 16 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,38
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>0,15%</b>	<b>R\$ 2,38</b>
	<b>VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -</b>	<b>66,85%</b>	<b>R\$ 1.061,79</b>

<b>VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):</b>	<b>R\$ 2.650,13</b>
---	---------------------

IV	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Valor (R\$)
1	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	R\$ 263,25
2	Transporte	R\$ 35,00
3	Seguro de vida, invalidez e funeral (Benefício Social Familiar)	R\$ 16,00
4	Outros (especificar)	R\$ -
	<b>Total de benefícios mensais e diários</b>	<b>R\$ 314,25</b>

V	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's	R\$ 20,00
B	Materiais	R\$ 10,00
C	Equipamentos	R\$ 10,00
D	Outros (especificar)	R\$ -
	<b>Total de Insumos Diversos:</b>	<b>R\$ 40,00</b>

VI	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 36,05
B	Lucro	1,15%	R\$ 34,96
C	Tributos	8,65%	R\$ 290,63
C.1	Tributos Federais (especificar):	3,65%	R\$ 122,64
	PIS	0,65%	R\$ 21,84
	COFINS	3,00%	R\$ 100,80
	CPRB	0,00%	R\$ -
C.2	Tributos Estaduais (especificar):	0,00%	R\$ -
C.3	Tributos Municipais (especificar):	5,00%	R\$ 167,99
	ISSQN	5,00%	R\$ 167,99
	<b>Total</b>		<b>R\$ 361,64</b>

VII	PREÇO MENSAL POR POSTO	Valor (R\$)
A	Remuneração	R\$ 1.588,34
D	Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.061,79
B	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 314,25
C	Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ 40,00
E	Custos Indiretos	R\$ 361,64
	<b>Valor mensal por posto:</b>	<b>R\$ 3.366,02</b>



IX	VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS	
	Escala de Trabalho	Escala 12 x 36 horas
	Número de Posto	1
	Preço Mensal do Posto	R\$ 3.366,02
	Subtotal	R\$ 3.366,02
X	VALOR GLOBAL - SERVIÇOS DE VIGIA NOTURNO (12 X 36)	R\$ 40.392,24
(Valor mensal dos serviços x número de meses de execução contratual)		

7 01





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Fundação de Apoio à Escola Técnica

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1

ANEXO IV

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de Vigia (em escala 12 x 36 horas diurno), executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo SEI Nº 260005/002834/2020	
Pregão Eletrônico nº 002/2021	
Data da Realização: 07/12/2021	Horário: 10:00 Horas
Data da apresentação da Proposta: 10/12/2021	

UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	POSTO DE SERVIÇO	HORAS SEMANAIS
2	Vigia Diurno 12 X 36	escala 12 X 36 horas

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.441,67, categoria de Vigia, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo em RJ000713/2021

II	MÃO DE OBRA		
	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário		R\$ 1.441,67
B	Adicional de periculosidade	0,00%	
C	Adicional de insalubridade	0,00%	
D	Adicional noturno	0,00%	R\$ -
E	Hora noturna adicional		
F	Adicional de hora extra		
G	Intervalo intra jornada		
H	Outros (especificar):		
	Total da Remuneração		R\$ 1.441,67

08

\$



III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)		
	<b>GRUPO "A"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1	INSS	20,00%	R\$ 288,33
2	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 21,63
3	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 14,42
4	INCRA	0,20%	R\$ 2,88
5	Salário Educação	2,50%	R\$ 36,04
6	FGTS	8,00%	R\$ 115,33
7	Seguro acidente do trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 21,63
8	SEBRAE	0,60%	R\$ 8,65
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>35,30%</b>	<b>R\$ 508,91</b>
	<b>GRUPO "B"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
9	Férias	11,11%	R\$ 160,17
10	Ausência por doença	0,01%	R\$ 0,14
11	Licença maternidade/paternidade	0,01%	R\$ 0,14
12	Ausências legais	0,01%	R\$ 0,14
13	Ausência por acidente de trabalho	0,01%	R\$ 0,14
14	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 27,97
15	13º Salário	8,33%	R\$ 120,09
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>21,42%</b>	<b>R\$ 308,79</b>
	<b>GRUPO "C"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
16	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 6,06
17	Indenização Adicional	1,00%	R\$ 14,42
18	Indenização (Rescisões sem justa causa)	1,00%	R\$ 14,42
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>2,42%</b>	<b>R\$ 34,90</b>
	<b>GRUPO "D"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
16	Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 108,99
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>7,56%</b>	<b>R\$ 108,99</b>
	<b>GRUPO "E"</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
16	Incidência do grupo "A" sobre o item 16 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,16
	<b>Total do Grupo :</b>	<b>0,15%</b>	<b>R\$ 2,16</b>
	<b>VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -</b>	<b>66,85%</b>	<b>R\$ 963,75</b>

<b>VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):</b>	<b>R\$ 2.405,42</b>
---	---------------------

IV	BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS	Valor (R\$)
1	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	R\$ 263,25
2	Transporte	R\$ 35,00
3	Seguro de vida, invalidez e funeral (Benefício Social Familiar)	R\$ 16,00
4	Outros (especificar)	R\$ -
	<b>Total de benefícios mensais e diários</b>	<b>R\$ 314,25</b>

V	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's	R\$ 20,00
B	Materiais	R\$ 10,00
C	Equipamentos	R\$ 10,00
D	Outros (especificar)	R\$ -
	<b>Total de Insumos Diversos:</b>	<b>R\$ 40,00</b>

VI	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 33,12
B	Lucro	1,15%	R\$ 32,12
C	Tributos	8,65%	R\$ 266,96
C.1	Tributos Federais (especificar):	3,65%	R\$ 112,65
	PIS	0,65%	R\$ 20,06
	COFINS	3,00%	R\$ 92,59
	CPRB	0,00%	R\$ -
C.2	Tributos Estaduais (especificar):	0,00%	R\$ -
C.3	Tributos Municipais (especificar):	5,00%	R\$ 154,31
	ISSQN	5,00%	R\$ 154,31
	<b>Total</b>		<b>R\$ 332,20</b>

VII	PREÇO MENSAL POR POSTO	Valor (R\$)
A	Remuneração	R\$ 1.441,67
D	Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 963,75
B	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 314,25
C	Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ 40,00
	<b>Subtotal (A + B + C + D):</b>	<b>R\$ 2.759,67</b>
E	Custos Indiretos	R\$ 332,20
	<b>Valor mensal por posto:</b>	<b>R\$ 3.091,87</b>

09  
f



De Sá Construções e Serviços Ltda  
07.028.841/0001-56

IX	VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS	
	Escala de Trabalho	Escala 12 x 36 horas
	Número de Posto	1
	Preço Mensal do Posto	R\$ 3.091,87
	Subtotal	R\$ 3.091,87
X	VALOR GLOBAL - SERVIÇOS DE VIGIA DIURNO (12 X 36 )	R\$ 37.102,44
(Valor mensal dos serviços x número de meses de execução contratual)		

510



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Fundação de Apoio à Escola Técnica

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1

ANEXO IV

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de Vigia ( em escala de 44 h semanais diurno), executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referencia - Processo SEI N° 260005/002834/2020	
Pregão Eletrônico nº 002/2021	
Data da Realização: 07/12/2021	Horário: 10:00 Horas
Data da apresentação da Proposta: 10/12/2021	

UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	POSTO DE SERVIÇO	HORAS SEMANAIS
3	Vigia Diurno 44h	44 horas

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.441,67, categoria de Vigia, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo em RJ000713/2021.

II	MÃO DE OBRA		
	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário		R\$ 1.441,67
B	Adicional de periculosidade	0,00%	
C	Adicional de insalubridade	0,00%	
D	Adicional noturno	0,00%	R\$ -
E	Hora noturna adicional		
F	Adicional de hora extra		
G	Intervalo intra jornada		
H	Outros (especificar):		
	Total da Remuneração		R\$ 1.441,67

III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)		
	GRUPO "A"	%	Valor (R\$)
1	INSS	20,00%	R\$ 288,33
2	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 21,63
3	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 14,42
4	INCRA	0,20%	R\$ 2,88
5	Salário Educação	2,50%	R\$ 36,04
6	FGTS	8,00%	R\$ 115,33
7	Seguro acidente do trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 21,63
8	SEBRAE	0,60%	R\$ 8,65
Total do Grupo :		35,30%	R\$ 508,91
	GRUPO "B"	%	Valor (R\$)
9	Férias	11,11%	R\$ 160,17
10	Ausência por doença	0,01%	R\$ 0,14
11	Licença maternidade/paternidade	0,01%	R\$ 0,14
12	Ausências legais	0,01%	R\$ 0,14
13	Ausência por acidente de trabalho	0,01%	R\$ 0,14
14	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 27,97
15	13º Salário	8,33%	R\$ 120,09
Total do Grupo :		21,42%	R\$ 308,79
	GRUPO "C"	%	Valor (R\$)
16	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 6,06
17	Indenização Adicional	1,00%	R\$ 14,42
18	Indenização (Rescisões sem justa causa)	1,00%	R\$ 14,42
Total do Grupo :		2,42%	R\$ 34,90
	GRUPO "D"	%	Valor (R\$)
16	Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 108,99
Total do Grupo :		7,56%	R\$ 108,99
	GRUPO "E"	%	Valor (R\$)
16	Incidência do grupo "A" sobre o item 16 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,16
Total do Grupo :		0,15%	R\$ 2,16
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		60,85%	R\$ 983,79



IV	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Valor (R\$)
1	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	R\$ 386,10
2	Transporte	R\$ 91,70
3	Seguro de vida, invalidez e funeral (Benefício Social Familiar)	R\$ 16,00
4	Outros (especificar)	R\$ -
Total de benefícios mensais e diários		R\$ 493,80

V	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's	R\$ 20,00
B	Materiais	R\$ 10,00
C	Equipamentos	R\$ 10,00
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total de Insumos Diversos:		R\$ 40,00

VI	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 35,27
B	Lucro	1,15%	R\$ 34,21
C	Tributos	8,65%	R\$ 284,33
C.1	Tributos Federais (especificar):	3,65%	R\$ 119,98
	PIS	0,65%	R\$ 21,37
	COFINS	3,00%	R\$ 98,61
	CPRB	0,00%	R\$ -
C.2	Tributos Estaduais (especificar):	0,00%	R\$ -
C.3	Tributos Municipais (especificar):	5,00%	R\$ 164,35
	ISSQN	5,00%	R\$ 164,35
Total			R\$ 353,81

VII	PREÇO MENSAL POR POSTO	Valor (R\$)
A	Remuneração	R\$ 1.441,67
D	Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 963,75
B	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 493,80
C	Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ 40,00
Subtotal (A + B + C + D):		R\$ 2.939,22
E	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 353,81
Valor mensal por posto:		R\$ 3.293,03

IX	VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS	
	Escala de Trabalho	44 horas semanais
	Número de Posto	1
	Preço Mensal do Posto	R\$ 3.293,03
	Subtotal	R\$ 3.293,03

X	VALOR GLOBAL - SERVIÇOS DE VIGIA DIURNO 44 HORAS	R\$ 39.516,36
(Valor mensal dos serviços x número de meses de execução contratual)		

8

12





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Fundação de Apoio à Escola Técnica

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1

ANEXO IV

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de Encarregado de Vigia ( escala 5 x 2 - 44 horas semanais diurno), executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo SEI Nº 260005/002834/2020
Pregão Eletrônico nº 002/2021
Data da Realização: 07/12/2021 Horário: 10:00 Horas
Data da apresentação da Proposta: 10/12/2021

UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	POSTO DE SERVIÇO	HORAS SEMANAIS
4	Encarregado de Vigia	44 horas

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$1.624,91, categoria de Vigia, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo em RJ000713/2021

II	MÃO DE OBRA		
	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário		R\$ 1.624,91
B	Adicional de periculosidade	0,00%	
C	Adicional de insalubridade	0,00%	
D	Adicional noturno	0,00%	
E	Hora noturna adicional		
F	Adicional de hora extra		
G	Intervalo intra jornada		
H	Outros (Gratificação):	40,00%	R\$ 520,40
	Total da Remuneração		R\$ 2.145,31

III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)		
	GRUPO "A"	%	Valor (R\$)
1	INSS	20,00%	R\$ 429,06
2	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 32,18
3	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 21,45
4	INCRA	0,20%	R\$ 4,29
5	Salário Educação	2,50%	R\$ 53,63
6	FGTS	8,00%	R\$ 171,62
7	Seguro acidente do trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 32,18
8	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,87
	Total do Grupo :	35,30%	R\$ 757,29
	GRUPO "B"	%	Valor (R\$)
9	Férias	11,11%	R\$ 238,34
10	Ausência por doença	0,01%	R\$ 0,21
11	Licença maternidade/paternidade	0,01%	R\$ 0,21
12	Ausências legais	0,01%	R\$ 0,21
13	Ausência por acidente de trabalho	0,01%	R\$ 0,21
14	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 41,62
15	13º Salário	8,33%	R\$ 178,70
	Total do Grupo :	21,42%	R\$ 459,50
	GRUPO "C"	%	Valor (R\$)
16	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 9,01
17	Indenização Adicional	1,00%	R\$ 21,45
18	Indenização (Rescisões sem justa causa)	1,00%	R\$ 21,45
	Total do Grupo :	2,42%	R\$ 51,91
	GRUPO "D"	%	Valor (R\$)
16	Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 162,19
	Total do Grupo :	7,56%	R\$ 162,19
	GRUPO "E"	%	Valor (R\$)
16	Incidência do grupo "A" sobre o item 16 do grupo "C"	0,15%	R\$ 3,22
	Total do Grupo :	0,15%	R\$ 3,22
	VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	60,89%	R\$ 1.434,11

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$ 3.579,42
--	--------------

IV	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Valor (R\$)
1	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	R\$ 386,10
2	Transporte	R\$ 91,70
3	Seguro de vida, invalidez e funeral (Benefício Social Familiar)	R\$ 16,00
4	Outros (especificar)	R\$ -
Total de benefícios mensais e diários		R\$ 493,80

V	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI's	R\$ 20,00
B	Materiais	R\$ 10,00
C	Equipamentos	R\$ 10,00
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total de Insumos Diversos:		R\$ 40,00

VI	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,20%	R\$ 49,36
B	Lucro	1,15%	R\$ 47,87
C	Tributos	8,65%	R\$ 397,90
C.1	Tributos Federais (especificar):	3,65%	R\$ 167,90
	PIS	0,65%	R\$ 29,90
	COFINS	3,00%	R\$ 138,00
	CPRB	0,00%	R\$ -
C.2	Tributos Estaduais (especificar):	0,00%	R\$ -
C.3	Tributos Municipais (especificar):	5,00%	R\$ 230,00
	ISSQN	5,00%	R\$ 230,00
Total			R\$ 495,13

VII	PREÇO MENSAL POR POSTO	Valor (R\$)
A	Remuneração	R\$ 2.145,31
D	Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.434,11
B	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 493,80
C	Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ 40,00
Subtotal (A + B + C + D):		R\$ 4.113,22
E	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 495,13
Valor mensal por posto:		R\$ 4.608,35

IX	VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS	
	Escala de Trabalho	44 horas semanais
	Número de Posto	1
	Preço Mensal do Posto	R\$ 4.608,35
	Subtotal	R\$ 4.608,35

X	VALOR GLOBAL - SERVIÇOS DE ENCARREGADO DE VIGIA	R\$ 55.300,20
(Valor mensal dos serviços x número de meses de execução contratual)		

8 14

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RJ000713/2021  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 30/03/2021  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR013858/2021  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13041.103061/2021-26  
**DATA DO PROTOCOLO:** 22/03/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.  
 SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ n. 34.273.029/0001-69, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos **Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

**Salários, Reajustes e Pagamento****Piso Salarial****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA**

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2021, será no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), sofrendo um reajuste no percentual de 5% (cinco por cento).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.301,00
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.301,00
- ARRECADADOR	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.309,01
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.381,65

5 15

- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$1.301,00
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.596,25
- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 1.606,40
- ALMOXARIFE	R\$ 1.853,65
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.516,70
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 1.758,15
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 2.008,98
- ALPINISTA PREDIAL	R\$ 2.083,70 + periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$ 2.325,28 + periculosidade
- COPEIRA	R\$ 1.301,00
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.301,00
- COZINHEIRA	R\$ 1.767,90
- CHEFE DE COZINHA	R\$ 1.928,60
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 2.660,14
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.483,60
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 1.547,06
- ENCARREGADO	R\$ 1.624,91
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 1.862,08
- ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 3.321,39
- FAXINEIRA	R\$ 1.301,00
- GARÇOM	R\$ 1.853,65
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 1.930,49
- JARDINEIRO	R\$ 2.132,74
- LIMPADOR	R\$ 1.301,00
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 1.301,00 + periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.301,00
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 1.657,74 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.301,00
- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.301,00
- MANOBRISTA	R\$ 1.381,65
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.381,65 + periculosidade



- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.684,98
- OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 1.519,82
- PORTEIRO/VIGIA/ZELADOR	R\$ 1.441,67
- RECEPCIONISTA	R\$ 1.381,65
- RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.224,18
- RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 2.683,45
- SERVENTE	R\$ 1.301,00
- SUPERVISOR	R\$ 3.321,39
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.301,00
- TRICICLISTA	R\$ 1.321,59

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Todos os empregados que já recebiam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Março/2021, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que recebiam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2021.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilingue.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

#### CLÁUSULA QUARTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

**CLÁUSULA QUINTA - JOVEM APRENDIZ**

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho - TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor, sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na prevalência da autonomia da vontade coletiva, previsto na Lei 13.467/17, os Sindicatos Convenientes acordam que o piso salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2021, será de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), convertido em salário/hora.

Considerando que o Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, em virtude de denúncia (notícia de fato/inquérito civil nº.004347.2019.01.000/8) apresentada pela Auditoria Fiscal do Trabalho, reconheceu que a presente cláusula convencional encontra-se com o devido amparo legal, os Sindicatos convenientes adotam a respectiva cláusula para toda a categoria representada por esta convenção coletiva de trabalho, nos seguintes termos:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, sobre todas as funções que demandarem formação profissional, sendo que para fins de efeito de contagem do respectivo percentual, será levado em consideração o efetivo da empresa no referido mês de apuração.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para efeito de enquadramento de função ao que demanda formação técnico-profissional metódica, prevista no artigo 429, da CLT, e consequente estabelecimento de cálculo de percentagem de que trata o art. 48, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, entender-se-á por formação técnico profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas em ambiente de trabalho, realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica estabelecidas no art.50 do Decreto 9.579/18.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas, diante da impossibilidade comprovada na contratação de jovem aprendiz, seja através de processos de recrutamento, anúncios em jornal, entre outros meios de recrutamento ou pela insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o art.55 do Decreto 9.579/18, poderão, ainda, como forma alternativa de atender o aspecto social do parágrafo anterior, efetivar a contratação de jovens de 18 a 24 anos para prestarem serviços de asseio e conservação, com condições laborais e regime normal de trabalho.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os Sindicatos convenientes acordam que nos contratos de prestação de serviço, com jornada intermitente e/ou temporária, por sua natureza transitória, as empresas ficarão dispensadas do cumprimento das cotas de aprendizagem e pessoa com deficiência (pcd).

**PARÁGRAFO QUINTO:** Ficam excluídas da cota as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, de acordo com o art.51, §1º do Decreto 9.579/18, bem como as funções relacionadas no parágrafo primeiro da cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, por não demandarem formação profissional, por conseguinte, não existir cursos de aprendizagem, além de ser trabalho que não proporciona aos jovens uma formação profissional metódica, de complexidade progressiva, de forma a facilitar o posterior acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, conforme jurisprudência – processo 0101447-71.2017.5.01.0005, 5ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e Recurso de Revista nº TST-RR-191-51.2010.5.03.0013, de 06/08/2014.

**CLÁUSULA SEXTA - DISPÊNDIO FINANCEIRO: REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL EM 5,97%**

Em face da variação financeira anual a ser suportada pelas empresas, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, devem ser observadas as variações do dispêndio com mão-de-obra, ocorridas entre a CCT/20 e CCT/21, no mês da data-base, qual seja, março de 2021, nos termos da Lei nº 10.192/01, bem como do Acórdão nº 1.563/2004 e Súmula nº 222, ambos do TCU, portanto, extensiva a todos os contratantes de serviços privados e públicos (Administração Pública Federal, Estadual e Municipal), na forma a seguir demonstrada:

CLÁUSULAS	CCT / 2020	CCT / 2021	VARIAÇÃO FINANCEIRA
Cláusula 3ª (Piso salarial da Categoria)	R\$ 1.239,00	R\$ 1.301,00	5%
Cláusula 20ª (auxílio Alimentação*)	R\$ 414,00	R\$ 448,50	8,33%
*(Considerando-se em média 23 dias úteis/mês)			
Cláusula 25ª (Benefício Social Familiar)	R\$ 13,00	R\$ 16,00	23%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.666,00</b>	<b>R\$ 1.765,50</b>	<b>5,97%</b>

**REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DA CATEGORIA: 5,97% (cinco vírgula noventa e sete por cento)**

#### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DATA DO PAGAMENTO**

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

#### **CLÁUSULA OITAVA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE**

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2021, e respectivas diferenças salariais, no contracheque do mês de Abril/2021, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

**Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA NONA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA**

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRA - CHEQUE**

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contra-cheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

519

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As empresas disponibilizarão os contra-cheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÕES**

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme jurisprudência do TST.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS**

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS**

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2021, observando-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Terceira.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

##### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a



ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/21, outubro/21, novembro/21 e dezembro/21) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

#### Gratificação de Função

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

#### Outras Gratificações

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRIÊNIO

Os Sindicatos convenientes acordam que não há mais gratificação mensal, a título de triênio, desde 1º de Outubro de 2008, respeitando-se, no entanto, as condições convencionadas até 30 de Setembro de 2008.

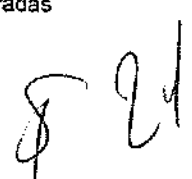
#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

#### Adicional Noturno

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

#### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - INSALUBRIDADE**

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;

b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.

c) o adicional de insalubridade previstos nas letras "a" e "b" do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

**PÁRAGRAFO ÚNICO:** Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

#### **Adicional de Periculosidade**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE**

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

#### **Prêmios**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES**

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

5 22

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

### Auxílio Alimentação

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

### Auxílio Transporte

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

#### **Auxílio Educação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BOLSAS DE ESTUDOS**

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

#### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA**

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2021, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 03/02/2021, dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica, extensiva a cobertura aos dependentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 23.10.98, pelos Sindicatos Convenientes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano de Assistência Médica, de que trata o caput da presente cláusula, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Fica convencionado que o presente plano de assistência médica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 12,00 (doze reais) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2021, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica, extensiva a cobertura aos dependentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 29.01.2016, pelos Sindicatos Convenientes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano ODONTOLÓGICO, de que trata o caput da presente cláusula, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

§ 24

**PARÁGRAFO QUARTO:** Fica convencionado que o presente plano de assistência odontológica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

#### Outros Auxílios

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Convenientes prestarão indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes, benefícios sociais, conforme tabela definida pelas Entidades e discriminadas no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A prestação dos benefícios iniciará a partir de 01/04/2021 e terá como base, para seus procedimentos, o Manual de Orientação e Regras a ser disponibilizado no site da gestora em [www.beneficiosocial.com.br](http://www.beneficiosocial.com.br). Para lisura do processo e conservação de direitos, este Manual deverá ser registrado em cartório, em momento oportuno.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresso consentimento das entidades convenientes, as empresas, a título de contribuição, recolherão, obrigatoriamente, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando a partir de 10/04/2021, o valor total de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site [www.beneficiosocial.com.br](http://www.beneficiosocial.com.br), conforme decisão em Assembleia Geral Extraordinária. O custeio da contribuição do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao empregado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quanto então o empregador retomar o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Devido à natureza social e emergencial dos benefícios disponibilizados pelas entidades, na ocorrência de evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no site da gestora, no prazo máximo e prorrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador, e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias, sob pena do empregador arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O empregador, que estiver inadimplente, ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente, devendo o empregador responder a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração, indenização esta devida diretamente ao trabalhador e/ou seus familiares. Caso o empregador

825



regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação formal de débito feita por e-mail, ficará isento desta indenização.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os valores porventura não contribuídos serão devidos e passíveis de cobrança extrajudicial e/ou judicial, acrescidos de multa, juros e demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso nos órgãos de proteção ao crédito.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta CCT, e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Estará disponível no site da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade da cláusula do Benefício Social Familiar, dos últimos 12 (doze) meses, o qual deverá ser apresentado ao contratante e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado. Só poderá ser emitido o Comprovante de Regularidade do Benefício Social Familiar, quem estiver rigorosamente em dia com o pagamento mensal do referido benefício para todos os seus empregados, vinculados a categoria profissional das entidades convenentes.

**PARÁGRAFO NONO** - O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

### Empréstimos

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

### Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

#### Desligamento/Demissão

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenentes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica acordado entre os Sindicatos Convenentes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

\$ 26

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

#### Aviso Prévio

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

#### Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º 04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos de até 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

#### Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

#### Atribuições da Função/Desvio de Função

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contra-cheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

#### Transferência setor/empresa

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinentes a cada caso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

#### Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

#### Outras normas de pessoal

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva

928

comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

#### **Outras estabilidades**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA DA GESTANTE**

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO**

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS**

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

729

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

#### **Controle da Jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS**

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro meio que possa aferir o respectivo controle.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

#### **Turnos ininterruptos de Revezamento**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO**

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

#### **Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER**

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

#### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE**

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores,



devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE** - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ABONO DE ESTUDANTE**

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - INTERVALO INTERJORNADA**

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

### **Férias e Licenças**

#### **Outras disposições sobre férias e licenças**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA**

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS**

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dias antes do início das mesmas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

### **Saúde e Segurança do Trabalhador**



**Condições de Ambiente de Trabalho****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE TRABALHO**

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

**Equipamentos de Proteção Individual****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I**

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

**Uniforme****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - UNIFORME**

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guardapós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

**Exames Médicos**

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - EXAMES MÉDICOS**

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

**Aceitação de Atestados Médicos****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS**

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

**Primeiros Socorros****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS**

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

**Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONVÊNIOS**

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

**Relações Sindicais****Garantias a Diretores Sindicais**

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DELEGADO SINDICAL**

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

**Contribuições Sindicais****CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFEDERATIVA LABORAL - ART.8º, IV, CF**

**Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do Processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram os descontos da contribuição social com requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota Técnica Número 01 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018,** as empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a importância no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária do dia 03/02/2021, Publicada no Jornal Meia Hora, no dia 27/01/21, folhas 06, para os benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos (área trabalhista; vara de família; previdenciária e homologações); serviços de fiscalização trabalhista (conferência de cálculos trabalhistas; cálculos para aposentadoria; trâmites para aposentadoria junto ao INSS e, acompanhamento do processo) e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão de obra. O aludido desconto será efetuado na folha de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A deliberação dos trabalhadores em assembleia será tida como fonte de anuência prévia e expressa dos empregados para efeito de desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** –As empresas deverão efetuar o pagamento da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no prazo de 05 (cinco) dias após o desconto em folha, somente através de boleto Bancário emitido pelo site do Sindicato [www.asseiomrj.com.br](http://www.asseiomrj.com.br) ou [www.siemaco-rio.com.br](http://www.siemaco-rio.com.br), e enviar ao Sindicato Laboral, cópia da folha de pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral, acrescidos de atualização monetária. A quitação definitiva deste pagamento só se consolidará com a apresentação da folha de pagamento que poderá ser enviada ao Sindicato Laboral através de Email.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As empresas reterão os valores descontados dos seus empregados, até que receba oficialmente da SIEMACO-RIO a listagem do(s) empregado(s) que opuseram ao aludido desconto.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A entidade Sindical Laboral deverá enviar ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro as atas de assembléia registrando a aprovação da contribuição em favor da SIEMACO-RIO, em até 10 (dez) dias contados do dia da realização da Assembléia.

34

**PARÁGRAFO QUINTO** – Fica garantido a todo trabalhador pertencente à categoria profissional de Asseio e Conservação o direito de oposição ao referido desconto, no prazo de 10 (dez) dias contados do Protocolo de pedido de registro no MTE.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A manifestação de oposição deverá contar com a identificação legível e a assinatura do empregado, que deverá ser assinado e entregue na sede da entidade sindical, sem efeito retroativo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O SIEMACO-RIO encaminhará às Empresas da categoria econômica envolvida, nos dez dias subsequentes ao término do aprazado previsto no Parágrafo Terceiro, a relação dos que se opuseram ao aludido desconto.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A empresa terá que restituir ao(s) seu(s) empregado(s) o valor desconto da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no seu contracheque, no mês seguinte ao recebimento da lista do(s) empregado(s) que se opuseram ao aludido desconto, encaminhado pela SIEMACO-RIO.

**PARÁGRAFO NONO:** Esta cláusula passará a ter validade a partir de maio/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2021**

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo 611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/21, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de Outubro de 2021, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 15 de Outubro de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 15 de Outubro de 2021, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2021**

35



As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/2021, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 16 de Julho de 2021, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 16 de Julho de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL**

As empresas deverão descontar mensalmente em folha de pagamento a mensalidade dos associados, no valor de R\$42,00 (quarenta e dois reais), a partir do mês de maio/21, e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o Sindicato Laboral apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO-** As empresas deverão efetuar o repasse da mensalidade descontada de seus empregados, através de boleto bancário emitido pelo site do sindicato [www.asseiomrj.com.br](http://www.asseiomrj.com.br), ou [www.siemaco-rio.com.br](http://www.siemaco-rio.com.br), tendo a partir daí, prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à sede do Sindicato Laboral, a listagem dos sócios quitados para aquisição do recibo definitivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Em caso de discordância entre a lista enviada pelo Sindicato com o pagamento feito pela Empresa, deverá a mesma apresentar e enviar ao Sindicato, justificativa dos associados não quitados.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2021**

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/2021, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 28 de Maio de 2021, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 28 de Maio de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL**

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/21, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, [www.seac-rj.com.br](http://www.seac-rj.com.br), ou o site da caixa econômica federal [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).

36

**Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa****CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN**

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO**

Fica acordado entre as partes convenentes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

**Outras disposições sobre representação e organização****CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO**

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

**Disposições Gerais****Mecanismos de Solução de Conflitos****CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DIVERGÊNCIAS**

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenientes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PREVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO-CICPAC**

Os Sindicatos Convenientes revalidam a Cláusula Sexagésima Oitava – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Março de 2020 a 28 de Fevereiro de 2021, registrada no MTE sob a MR013716/2020, da forma que se segue:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC, nos termos da presente Cláusula, prevista no Art. 625-A da CLT, é composta de 1 (um) representante dos empregadores e 1 (um) representante dos empregados, e respectivos suplentes, com mandato de 1 (um) ano prorrogável por mais 1 (um) ano, com o objetivo de buscar a conciliação de conflitos individuais de trabalho.

1.1 - Todas as demandas de natureza trabalhista, apresentadas pelo empregado ou pela empresa, no âmbito da representatividade dos convenientes, na jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro, serão submetidas previamente à CICPAC, conforme determina o Art. 625-D da CLT.

1.2 - Não haverá qualquer hierarquia nem subordinação entre os membros da CICPAC.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC tem sede na Rua Leandro Martins, nº 10, sala 701, Centro – Rio de Janeiro, e funciona de 2ª a 6ª feira, no horário das 9:00 às 17:00 horas, tendo base territorial idêntica à jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro.

2.1 - A demanda será recebida por escrito pela Secretaria da CICPAC, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de conciliação, entregando recibo ao demandante.

2.2 - Para formular a demanda, o demandante deverá apresentar todas as provas documentais, além do nome, endereço e CEP da demandada.

2.3 - A sessão de tentativa de conciliação deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do ingresso da demanda.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A título de reposição de despesas da CICPAC, será cobrado uma taxa no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais), a ser pago pela empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, sendo que, para as demais empresas, será cobrada uma taxa no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), ambas por cada sessão de conciliação realizada.

3.1 - A remuneração dos representantes dos Sindicatos Convenientes na CICPAC é de responsabilidade de cada Sindicato respectivo.

3.2 - Não será cobrada qualquer quantia se qualquer das partes se ausentar.

3.3 - Em hipótese alguma o empregado arcará com qualquer encargo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A CICPAC notificará a empresa por meio de comunicação mais rápido possível, podendo, para tanto, ser utilizado fax, e-mail, e outros, com no mínimo cinco dias de antecedência à realização da sessão de conciliação, devendo constar dos autos, cópia dessa notificação juntamente com o comprovante de recebimento.

4.1 – Da notificação constará, necessariamente, o nome dos demandantes, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a advertência de que a demandada deverá

comparecer na pessoa de seu representante legal ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir ou firmar acordo, além de apresentar cópia do contrato social da demandada.

4.2 – Quando da realização da sessão de conciliação, a demandada apresentará todas as provas documentais que achar necessário.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso qualquer das partes não compareça à sessão de conciliação, os conciliadores da CICPAC, presentes à sessão, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia aos interessados.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os advogados terão livre acesso às audiências de Conciliação Prévia e poderão assistir empregados e empregadores, terem vistas dos documentos e manifestarem-se em sessão de conciliação.

6.1 – Não prosperando a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

6.2 – Aceita a conciliação será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC presentes à sessão, fornecendo cópia às partes.

6.3 – O Termo de Conciliação é título executivo extrajudicial e têm eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único, do Art. 625-E, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.01.2000.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Caberá ao Sindicato Laboral a indicação e remuneração de um secretário que atuará nas sessões.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O funcionamento da Secretaria será de responsabilidade dos Sindicatos Convenientes.

**PARÁGRAFO NONO:** Os Sindicatos comunicarão a instalação da Comissão aos Juízes das Varas de Trabalho com jurisdição em sua base territorial para efeito do Art. 625-D, da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.958/00.

#### Aplicação do Instrumento Coletivo

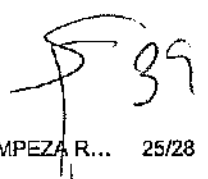
#### CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenientes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

#### CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO



As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), para jornada normal de trabalho previsto no art. 7, inciso XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convenionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

#### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE**

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

#### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO**

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO**

40



Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - SESMET COLETIVO**

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar "Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho".

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os trâmites legais de retorno ao trabalho.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

#### **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

#### **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO**

Os Sindicatos Convenientes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

RICARDO COSTA GARCIA  
Presidente  
SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

MANOEL MARTINS MEIRELES  
Presidente  
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO  
MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

FS 42



## DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA - DECRETO nº 43.150, de 08/11 E DECRETO nº 43.687 de 07/12.

Ao

**Sr. Pregoeiro (a)**

**Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1**

Processo SEI nº 260005/002834/2020

**FARLY SOUZA DA SILVA**, portador da **cédula de identidade nº 203693205**, expedida por DIC-RJ e do **CPF nº 105.301.137-75**, como representante devidamente constituído da **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **07.028.841/0001-56**, doravante denominada licitante, para fins do disposto no Edital PE 0002/2021-R1, declara, sob as penas da lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** foi elaborada de maneira independente (**pelo Licitante**), e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1**, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

43



## DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56


outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da FAETEC antes da abertura oficial das propostas;

f) Que as informações prestadas são verdadeiras, e assumo o compromisso de apresentar, quando solicitado, quaisquer documentos comprobatórios necessários cuja finalidade esteja inserida no contexto do objeto da referida licitação; e

g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2022.

  
**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**  
Farly Souza da Silva  
CPF: 105.301.137-75  
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br







## DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27 DA LEI Nº 8.666/93

Ao

**Sr. Pregoeiro**

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1**

Processo SEI nº 260005/002834/2020

**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ** sob o nº **07.028.841/0001-56**, sediada na **Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ**, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no **CPF** sob o nº **105.301.137-75**, portador da **cédula de identidade nº 203693205**, expedida por **DIC-RJ**, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2022.

  
**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**  
Farly Souza da Silva  
CPF: 105.301.137-75  
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

  
45





# DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO A LEI ESTADUAL Nº 7.258/2016

Ao

**Pregoeiro**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1

Processo SEI nº 260005/002834/2020

**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC-RJ, **DECLARA**, para fins do disposto no Lei Estadual nº 7.258/16, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadora de deficiência habilitadas, na proporção de 5 %, na medida em que atualmente conta com 1000 empregados.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2022.

  
**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**  
Farly Souza da Silva  
CPF: 105.301.137-75  
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

46



# DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

## ANEXO VIII

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Ao

**Pregoeiro**

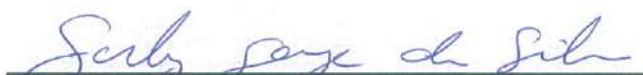
Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1

Processo SEI nº 260005/002834/2020

**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC-RJ, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas as seguintes sanções, cujos efeitos ainda vigorem:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93).

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2022.

  
**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**  
Farly Souza da Silva  
CPF: 105.301.137-75  
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

*Handwritten signature/initials*



# DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

## ANEXO IX

### DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ao

**Pregoeiro**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1

Processo SEI nº 260005/002834/2020

**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. FARLY SOUZA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC-RJ, **DECLARA** ter designado o profissional abaixo relacionado como responsável técnico pela empresa, de acordo com o objeto contratado.

**Nome: VITOR DE PAIVA ROCHA**

**CRA nº 2057653**

**Especialidade: ADMINISTRADOR**

**Data de Registro: 25/07/2005**

**Assinatura RT:**

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2022.

**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

Farly Souza da Silva

CPF: 105.301.137-75

Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br





## DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

### ANEXO XII

#### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

Ao

**Pregoeiro**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1

Processo SEI nº 260005/002834/2020

**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC-RJ, **DECLARA**, que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), tendo sido esclarecidas todas as dúvidas, considerando-as atendidas e plenamente capacitada a elaborar a proposta, nos termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução, não podendo ser alegado desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2022.

  
**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**  
Farly Souza da Silva  
CPF: 105.301.137-75  
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

  
49























DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

# HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ

(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

[desa.servicos@gmail.com.br](mailto:desa.servicos@gmail.com.br)

588

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 07.028.841/0001-56 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/10/2004
NOME EMPRESARIAL DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *)			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional 56.20-1-03 - Cantinas - serviços de alimentação privativos 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (Dispensada *) 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura (Dispensada *) 71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios (Dispensada *) 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (Dispensada *)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - Sociedade Simples Limitada			
LOGRADOURO AV PASTOR MARTIN LUTHER KING JR.	NUMERO 00126	COMPLEMENTO BLC 9 SAL 1318 TOR 1	
CEP 20.765-000	BAIRRO/DISTRITO DEL CASTILHO	MUNICIPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO DESA.SERVICOS@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 3923-5276	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/07/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(\*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/12/2021 às 14:47:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONDIÇÕES DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

595



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização  
Coordenadoria do ISS e Taxas

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	DATA DA INSCRIÇÃO
0.561.022-2	07/12/2012

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL**

NOME OU NOME EMPRESARIAL	DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA
NOME FANTASIA	DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS
CPF OU CNPJ	07.028.841/0001-56
ATIVIDADES ECONÔMICAS	260088 - DEMOLICOES 217018 - ALUGUEL DE MAQUINAS E APARELHOS PARA AGRICULTURA 217034 - ALUGUEL DE MAQUINAS PARA ESCRITORIO 217069 - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO 226505 - PAISAGISMO 226572 - PROJETOS E ESTUDOS DE ARQUITETURA 226718 - SEGURANCA DO TRABALHO 227072 - ASSESSORIA ADMINISTRATIVA 227315 - CONSULTORIA PARA EMPRESAS 245070 - REPARACAO DE APARELHOS DE SINALIZACAO 252093 - PINTURA 255033 - CONSERVACAO E LIMPEZA DE IMOVEIS 260029 - REFORMA E RECONSTRUCAO DE CASAS E PREDIOS 260037 - ALVENARIA 260053 - CONFEC COLOC ESCORAMENTO DE FORMAS E ARM DE CONCRETO 261246 - PAVIMENTACAO DE RODOVIAS 261289 - ENGENHARIA, SERVICOS DE 444200 - TRANSPORTE ROD INTERMUN/INTEREST CARGA SEM VIG SANIT 910430 - REFEITORIO USO PROPRIO FIRMA COM FORNEC DE ALIMENTOS
RESTRIÇÕES	VEDADOS INCOMODOS E PREJUIZOS A VIZINHANCA VEDADA A PRESTACAO DE SERVICOS NO LOCAL VEDADO O EXERCICIO DA ATIVIDADE NO LOCAL VEDADA A CIRCULACAO DE MERCADORIAS NO LOCAL SIMPLES ESCRITORIO
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ISS	3
GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	6
ENDEREÇO COMPLETO	AVN PASTOR MARTIN LUTHER KING JR., 126, BLC 9 SAL 1318 TOR 1 DEL CASTILHO 20765-959
SITUAÇÃO CADASTRAL	ATIVO
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	05/02/2020

Aprovado pela Resolução SMF Nº 2829 de 09 de dezembro de 2014.

Emitido no dia 09/12/2021 às 14:51.

560





**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
Secretaria Municipal de Fazenda



**ALVARÁ DE LICENÇA PARA ESTABELECIMENTO**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ / CPF	PROCESSO DE CONCESSÃO	ÚLTIMO PROCESSO DE DEFERIMENTO	IRLF/GRLF
0561022-2	07.028.841/0001-56	04/315.878/2012	04/810.638/2020	GRLF0 - Melhor

**CONCEDIDO A**

DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA  
DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS

**PARA SE ESTABELECEER NO**

Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 00126, BLO 9 SAL 1318 TOR 1, Del Castilho

**COM AS SEGUINTE ATIVIDADES DO CÓDIGO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CAE)**

9.10.43.0 - REFEITÓRIO USO PRÓPRIO FIRMA COM FORNEC DE ALIMENTOS  
2.60.08.8 - DEMOLIÇÕES  
2.61.28.9 - ENGENHARIA, SERVIÇOS DE  
2.61.24.6 - PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS  
2.26.50.5 - PAISAGISMO  
2.26.57.2 - PROJETOS E ESTUDOS DE ARQUITETURA  
2.17.08.8 - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO  
2.17.01.8 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E APARELHOS PARA AGRICULTURA  
2.17.03.4 - ALUGUEL DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO  
2.45.07.0 - REPARAÇÃO DE APARELHOS DE SINALIZAÇÃO  
2.52.09.3, 2.27.31.5, 2.26.71.8, 2.60.03.7, 2.27.07.2, 2.60.05.3, 2.00.02.9, 2.55.03.3, 4.44.20.0

**COM AS SEGUINTE RESTRIÇÕES**

VEDADOS INCOMODOS E PREJUÍZOS A VIZINHANÇA  
VEDADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO LOCAL  
SIMPLES ESCRITÓRIO  
VEDADO O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NO LOCAL  
VEDADA A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NO LOCAL

**OBSERVAÇÕES**

A concessão deste Alvará não importa, entre outros, no reconhecimento da regularidade do estabelecimento quanto a quaisquer normas aplicáveis ao seu funcionamento, especialmente as de proteção da saúde, condições de edificação, instalação de máquinas e equipamentos, prevenção contra incêndios e exercício de profissões.

Códigos CNAE's: 5620-1/03, 4311-8/01, 7112-0/00, 4211-1/01, 4213-8/00, 7111-1/00, 7732-2/01, 7731-4/00, 7733-1/00, 4328-1/04, 4211-1/02, 7020-4/00, 7119-7/04, 4399-1/03, 8211-3/00, 4399-1/02, 4120-4/00, 8121-4/00, 4930-2/02

Rio de Janeiro, 03 de Fevereiro de 2020

Deferido automaticamente conforme decreto 41827/2016

861



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA**  
CNPJ: **07.028.841/0001-56**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 07:29:05 do dia 24/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/02/2022.

Código de controle da certidão: **F379.F90D.B6EF.247D**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

562



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA**

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **208196/2021**, que no período de **1977 até 23/12/2021 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

RAZÃO SOCIAL: **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: **07.028.841/0001-56** INSCRIÇÃO ESTADUAL: **ISENTO**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: **D8QX.5140.5011.C475**

Esta certidão tem validade até **22/06/2022**, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em **24/12/2021 às 09:52:09.6**, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - Regional de NOVA IGUAÇU

Rua Comendador Soares, 194 2º Andar, Centro

Emitida em 29/12/2021 às 17:47:52.4

863



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2021.1.2063531-7  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 07.028.841/0001-56	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, <b>NÃO CONSTAM DÉBITOS</b> perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 23/11/2021 10:07</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 21/02/2022</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: <a href="http://www.fazenda.rj.gov.br">www.fazenda.rj.gov.br</a>.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	

864





**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO  
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº Autenticação: **6611658262**

Órgão: FP/SUBEX/REC-RIO/CIS-4

Controle: 65830/2021

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA

AVN PASTOR MARTIN LUTHER KING JR. 126

BLC 9 SAL 1318 TOR 1

DEL CASTILHO RIO DE JANEIRO RJ 20765-000

CNPJ/CPF

07.028.841/0001-56

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0.561.022-2

**CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA- Modelo 2**

**CERTIFICO** que, em relação ao contribuinte acima qualificado, consta(m) a(s) seguinte(s) ocorrência(s):

Processo

43911602021 PARCELAMENTO EM ANDAMENTO EM DIA NA SMF

Processo

Nota de Débito

Nota de Débito

Fica, ainda, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. A presente Certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado. "Esta Certidão produz os mesmos efeitos da certidão negativa nos termos do disposto 206 do Código Tributário Nacional."

**VALIDADE:** 180 (cento e oitenta) dias da data da sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 24 de AGOSTO de 2021.

HO

Carimbo e Assinatura do Fiscal de Rendas

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento na internet no endereço <http://www.rio.rj.gov.br/smf>

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional no últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



## CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, com endereço no(a) AV PST MARTIN LUTHER KING JR, nº 126 - TORRE 1000 SALA 1318 OFFICE - RJ Cep: 20720-350, certifica que

## NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

### Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

### Observações

Rio de Janeiro, RJ, 22/09/2021

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 07/01/2022. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço [daminternet.rio.rj.gov.br](http://daminternet.rio.rj.gov.br)

Ivo Marinho de Barros Junior  
Procurador-Coordenador  
Procuradoria da Dívida Ativa  
Mat. 11/297.772-6

866





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.028.841/0001-56

Certidão nº: 132326/2022

Expedição: 04/01/2022, às 11:34:50

Validade: 02/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.028.841/0001-56**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

567

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 07.028.841/0001-56

**Razão Social:** DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

**Endereço:** AV PASTOR MARTIN LUTHER KING JR 126 B9 S1318 T1 / DEL CASTILHO /  
RIO DE JANEIRO / RJ / 20765-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 30/12/2021 a 28/01/2022

**Certificação Número:** 2021123000481728927048

Informação obtida em 04/01/2022 11:38:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

# QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ

(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

[desa.servicos@gmail.com.br](mailto:desa.servicos@gmail.com.br)

69  
8

DE SÁ CONSTRUÇÕES SERVIÇOS LTDA

CNPJ Nº 07.028.841/0001-56 – RCPJ Nº 254.433

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS

Aos vinte e nove do mês de Março de 2021 às 11h00min, na sede da sociedade localizada à Rua da Quitanda nº 49 – sala 206, Centro – Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.011-030, com a presença dos 2 (dois) sócios componentes da sociedade, representando 100% (cem por cento) do Capital Social e de duas testemunhas de abaixo assinam e se identificam, foi composta a mesa pelo Sr. FARLY SOUZA DA SILVA como presidente, e PEDRELINA DA SILVA PROCÓPIO, como secretária. Também participaram da reunião FARLY SOUZA DA SILVA e CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA BONAVITA ambos sócios. O Sr. FARLY SOUZA DA SILVA, Presidente abriu a reunião destacando que a convocação foi feita de forma verbal, a qual foi prontamente atendido, sendo dispensado o termo de publicações, e em seguida apresentou a ordem do dia: 1 – Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o Balanço Patrimonial referente ao ano 2020, com o Ativo e Passivo representados pelas importâncias de R\$ 4.011.045,14 (Quatro milhões onze mil quarenta e cinco reais e quatorze centavos); 2 – Deliberação do Resultado Econômico onde verificou-se que houve lucro líquido de 685.873,28 (Seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos). Após a leitura dos documentos mencionados na ordem do dia, que foram colocados a disposição de todos os sócios, trinta dias antes da referida deliberação, conforme recibos postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, sem reservas e restrições. Terminados os trabalhos, e inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente Ata que, após lida foi aprovada e assinada por todos os sócios em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Rio de Janeiro, 29 de Março de 2021.

*Conceição de Maria Ferreira Bonavita*  
CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA BONAVITA  
CPF: 014.796.077-03

*Farly Souza da Silva*  
FARLY SOUZA DA SILVA  
CPF: 105.301.137-75

Testemunhas:

*Cláudia Luz de Silva*  
171787-0AB-RJ

*Liliana Almeida Silva*  
106.936.414-5.2011

021038099

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Registro Civil de Pessoas Jurídicas**

Comarca da Capital do Rio de Janeiro  
Rua México, 148, 1º andar, Centro

**CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO**

Matr. 254433  
202106101644446 14/06/2021

Emor: 43,79 Tributo: 16,59

**Selo: EDTD 54769 MDK**

Consulte em <https://www3.rj.gov.br/sitapublico>

Verifique autenticidade em [rcpj.rj.gov.br](http://rcpj.rj.gov.br) ou pelo QRCode ao lado

Roberta P. de Moraes  
OAB/RJ



718

FOLHA: 000001

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**31/12/2020**

**TERMO DE ABERTURA**

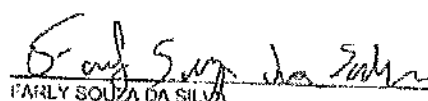
Contém este livro 000011 (onze) folha(s), numeradas eletronicamente de 000001 a 00011, do período 01/01/2020 a 31/12/2020, e servirá para os lançamentos do BALANÇO PATRIMONIAL das operações próprias do estabelecimento do contribuinte identificado:

Nome **DE SA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**  
Endereço **AVENIDA PASTOR MARTIN LUTHER KING JR., 126 - BLC 9 SAL 13181**  
Bairro **DEL CASTILHO**  
CEP **20765-000**  
Município **RIO DE JANEIRO - RJ**  
Insc. Municipal  
Insc. Estadual  
CNPJ **07.028.841/0001-56**

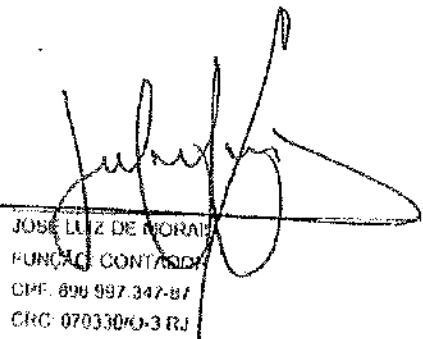
REGISTRO EM CARTÓRIO  
**254433 02/10/2012**

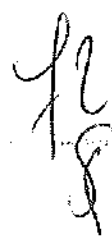
**BALANÇO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2020**

**RIO DE JANEIRO, 01 de Janeiro de 2020**

  
FARLY SOUZA DA SILVA

FUNÇÃO: ADMINISTRADOR  
CPF: 105.301.137-75

  
JOSÉ LUIZ DE MORAES  
FUNÇÃO: CONTADOR  
CPF: 890.997.347-81  
CRC: 070330/O-3 RJ






DESA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA(01008)

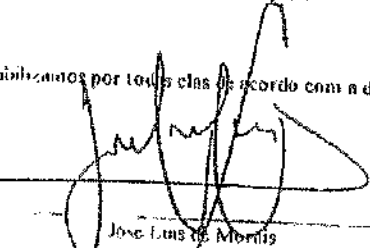
CONVOP CONTABILIDADE VILA DA PINHA EIRELI

Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

Descrição	Classificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo			
Circulante		**4.011.045,14D	**1.414.985,63D
Disponível		**2.959.437,08D	****991.389,63D
Numerários em caixa		**1.185.802,12D	****991.389,63D
Caixa (1111)		****461.321,12D	****766.909,63D
Banco conta movimento	1-1-01-01-01	461.321,12D	766.909,63D
Braçoço (11123)		****724.481,00D	****224.480,00D
Santander SA (21030104)	1-1-01-02-03	1,00D	0,00D
Titulos a Receber	1-1-01-02-19	724.480,00D	224.480,00D
Titulos a Receber		**1.773.634,96D	*****0,00D
Duplicatas a Receber (185)		**1.773.634,96D	*****0,00D
Ativo Não Circulante	1-1-06-01-01	1.773.634,96D	0,00D
Imobilizado		**1.051.608,06D	****423.596,00D
Instalações		**1.051.608,06D	****423.596,00D
Ferramentas (12030203)		****331.715,00D	****121.481,00D
Máquinas e equipamentos	1-2-03-02-03	331.715,00D	121.481,00D
Máquinas e equipamentos (470)		****512.639,03D	****247.115,00D
Equipamentos (473)	1-2-03-03-01	247.115,00D	247.115,00D
Móveis e utensílios	1-2-03-03-04	265.524,03D	0,00D
Móveis e Utensílios (490)		****207.254,03D	****55.000,00D
	1-2-03-05-01	207.254,03D	55.000,00D

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada

  
FÁTIMA SOUZA DA SILVA  
Sócio - Administrador  
CPF: 105.301.137-75

  
José Luis de Morais  
Contador  
CPF: 896.997.347-87 CRC: 070330/O-3

13  
8

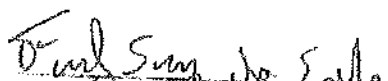
DESA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA(01008)

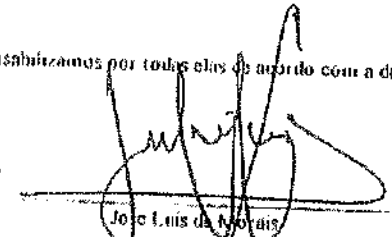
CONVOP CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI

Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

Descrição	Classificação	Diário: 9	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Obrigações Tributárias		**4.011.045,14C	**1.414.985,63C
Tributos a Recolher		****979.543,10C	****169.356,87C
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (21121)		****167.506,30C	****156.064,44C
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (21133)	2-1-05-01-01	****22.091,95C	****156.064,44C
INSS a Pagar (21154)	2-1-05-01-02	1.763,28C	78.989,97C
Pis a recolher (21135)	2-1-05-01-05	0,00C	20.914,30C
Parcelamento de Tributos e Contribuições	2-1-05-01-07	20.328,67C	50.865,31C
Parcelamento de Tributos e Contribuições (899)		0,00C	5.294,86C
Obrigações com Pessoal	2-1-05-03-01	****145.414,35C	*****0,00C
Encargos Sociais e Tributos Retidos		145.414,35C	0,00C
Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários (21122)		****12.036,80C	****13.292,43C
FGTS a recolher (21152)	2-1-06-04-01	****12.036,80C	****13.292,43C
Contas a pagar	2-1-06-04-03	0,00C	1.763,28C
Receita de Exercícios Futuros		12.036,80C	11.529,15C
Receitas Antecipadas (1098)		****800.000,00C	*****0,00C
Passivo Não Circulante	2-1-09-02-01	****800.000,00C	*****0,00C
Empréstimo e Financiamentos a Pagar		800.000,00C	0,00C
Financiamentos		****637.700,00C	****637.700,00C
Financiamentos para Aquisição de Ativos (1182)		****637.700,00C	****637.700,00C
Patrimônio Líquido	2-2-01-05-01	****637.700,00C	****637.700,00C
Capital Social		**2.393.802,04C	****607.928,76C
Capital Social		**1.500.000,00C	****400.000,00C
Capital Social Integralizado (1177)		**1.500.000,00C	****400.000,00C
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2-3-01-01-01	1.500.000,00C	400.000,00C
Lucros ou Prejuízos Acumulados		****893.802,04C	****207.928,76C
Lucros Acumulados (1335)	2-3-03-01-01	****893.802,04C	****207.928,76C
		893.802,04C	207.928,76C

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

  
PARLY SOUZA DA SILVA  
Sócio - Administrador  
CPF - 103.301.137-75

  
João Luis da Nobre  
Contador  
CPF - 896.997.347-87 CRC - 070330/O-1

24

DESA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA(01008)  
 Balanço do Resultado Econômico de 01/01/2020 até 31/12/2020

CONVIR CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI  
 Diário 19 Folha: 4

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Receita		
Receita Bruta Vendas e Serviços		
Receita Bruta de Vendas		
Receita de Vendas		
Receita de Serviços Prestados	3-1-01-01-03	5.378.759,60C
=Receita de Vendas		**5.378.759,60C
=Receita Bruta de Vendas		**5.378.759,60C
=Total - Receita Bruta Vendas e Serviços		**5.378.759,60C
=Total - Receita		**5.378.759,60C
Custos/Despesas		
Custos diretos		
Custos diretos da Revenda/Produção		
Custos diretos e/Revenda de lotes		
Maintenance de Máq.e Equipamentos	4-1-01-02-06	87.524,03D
=Custos diretos e/Revenda de lotes		*****87.524,03D
=Custos diretos da Revenda/Produção		*****87.524,03D
Custos da prestação de serviços		
Insumos p/prestação de Serviços		
Combustível	4-1-02-01-14	40.000,00D
=Insumos p/prestação de Serviços		*****40.000,00D
=Custos da prestação de serviços		*****40.000,00D
Mão de obra direta		
Custo Direto com Empregados		
Salários e ordenados	4-1-03-01-01	1.805.521,00D
13o Salário	4-1-03-01-02	72.707,37D
Indenização Rescisão de Contrato	4-1-03-01-08	974.666,25D
Vale Transporte	4-1-03-01-11	362.000,00D
Auxílio Alimentação	4-1-03-01-22	590.000,00D
=Custo Direto com Empregados		**3.804.894,62D
Custo Indireto com Pessoal		
Previdência Social - Alíqta	4-1-03-02-01	253.906,77D
=Custo Indireto com Pessoal		*****253.906,77D
=Mão de obra direta		**4.058.801,39D
Outros custos diretos		
Custos Para Geração		
Luz e força	4-1-04-01-01	7.400,00D

45

7.400,00D

8

DESA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA(01008)  
Balanco de Resultado Econômico de 01/01/2020 até 31/12/2020

CONVIP CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI  
Diário :9 Folha: 5

Descrição	Classificação	Exercício Atual
=Custos Para Geração		*****7.400,00D
=Outros custos diretos		*****7.400,00D
=Total - Custos diretos		**4.193.725,42D
Despesas		
Despesas com Pessoal		
Despesas com Encargos Sociais		
FGTS	4-3-01-04-02	
=Despesas com Encargos Sociais		156.478,48D
		****156.478,48D
=Despesas com Pessoal		****156.478,48D
Despesas com Serviços de Terceiros		
Remuneração por Serviços de Terceiros		
Honorários Advocatícios	4-3-02-01-05	
=Remuneração por Serviços de Terceiros		40.000,00D
		*****40.000,00D
=Despesas com Serviços de Terceiros		*****40.000,00D
Despesas com Localização e Funcionamento		
Despesas com Localização e Manutenção		
Aluguel de Imóvel	4-3-03-01-01	
Material de Consumo e Limpeza	4-3-03-01-08	27.000,00D
Limpeza e Imunização Predial	4-3-03-01-10	43.000,00D
=Despesas com Localização e Manutenção		14.541,00D
		*****84.541,00D
Despesas com Expediente		
Material de Expediente	4-3-03-02-01	
=Despesas com Expediente		3.654,21D
		*****3.654,21D
Desp.c/Utiliz.e Locação de Equip.e Veículos		
Locação de Veículos	4-3-03-03-01	
Locação de Equipamentos	4-3-03-03-06	37.800,00D
Locação de estacionamento	4-3-03-03-09	3.000,00D
=Desp.c/Utiliz.e Locação de Equipe Veículos		17.021,00D
		*****57.821,00D
Despesas com Comunicação		
Telefone/Internet	4-3-03-04-02	
=Despesas com Comunicação		6.102,00D
		*****6.102,00D
Despesas com Deslocamento		
Despesas c/pedágio	4-3-03-05-04	
=Despesas com Deslocamento		2.685,21D
		*****2.685,21D

*Handwritten signature*

DESA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA(01008)  
Balanco de Resultado Economico de 01/01/2020 até 31/12/2020

CONVIP CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI  
Diário :9 Folha: 6

Descrição	Classificação	Exercício Atual
=Despesas com Localização e Funcionamento		****154.803,42D
Despesas Administrativas Diversas		
Outras Despesas		
parcelamentos	4-3-05-04-12	147.879,00D
=Outras Despesas		****147.879,00D
=Despesas Administrativas Diversas		****147.879,00D
=Total - Despesas		****499.160,90D
=Total - Custos/Despesas		**4.692.886,32D

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS-----> 5.378.759,60C  
DESPESAS + CUSTO-----> 4.692.886,32D  
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: \*\*\*\*\*685.873,28

Handwritten signature



DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Endereço: AV PASTOR MARTIN LUTHER KING JR., BLC 9 SAL. 13181, DEL CASTILHO, Rio de Janeiro, RJ

CONVIP CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI

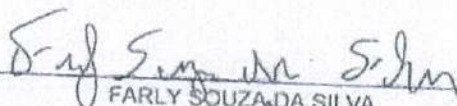
Diário: 9

Folha:

7

IMPORTA A PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DE  
RESULTADO COM LUCRO DE 685.873,28 (SEISCENTOS E  
OITENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS  
Reais E VINTE E OITO CENTAVOS) DE ACORDO COM A  
DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

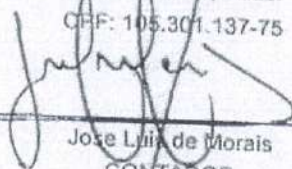
RIO DE JANEIRO, 31 DE DEZEMBRO DE 2020



FARLY SOUZA DA SILVA

Sócio - Administrador

CPF: 105.301.137-75



Jose Luis de Moraes

CONTADOR

CPF: 896.997.347-87 CRC: 070330/O-3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

005000107



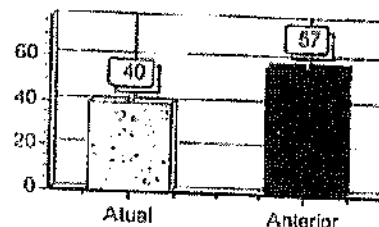
DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
Análise Econômica e Financeira de 01/01/2020 até 31/12/2020

CONVIR CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI  
Diário: 9 Folha: 8

### ENDIVIDAMENTO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10	
ATIVO	4.011.045,14	= 0,40

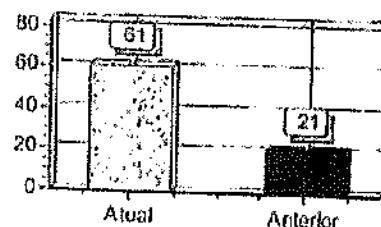
QUANTO MENOR, MELHOR. O CAPITAL DE TERCEIROS REPRESENTA 40% DO ATIVO TOTAL.



### COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO

PASSIVO CIRCULANTE	979.543,10	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10	= 0,61

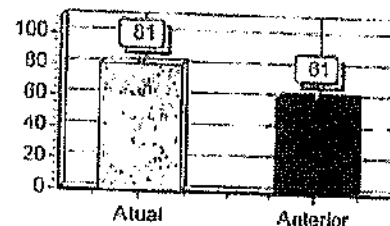
QUANTO MENOR, MELHOR. AS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO REPRESENTAM 61% DAS OBRIGAÇÕES TOTAIS.



### CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.393.892,04	
ATIVO CIRCULANTE	2.959.437,08	= 0,81

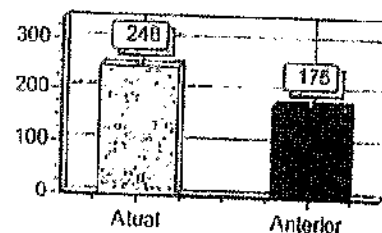
QUANTO MAIOR, MELHOR. O CAPITAL PRÓPRIO REPRESENTA 81% DO ATIVO CIRCULANTE.



### SOLVÊNCIA GERAL

ATIVO	4.011.045,14	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10	= 2,48

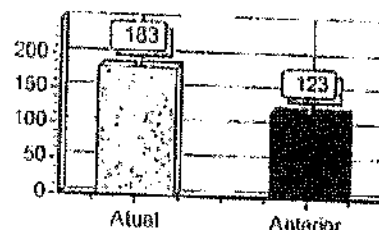
QUANTO MAIOR, MELHOR. O INVESTIMENTO TOTAL EQUIVALE A 248% DO CAPITAL DE TERCEIROS.



### LIQUIDEZ GERAL

ATIVO CIRCULANTE + ATIVO REALIZÁVEL A LP	2.959.437,08	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10	= 1,83

QUANTO MAIOR, MELHOR. A EMPRESA POSSUI R\$1,83 DE ATIVO CIRCULANTE E ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PARA CADA R\$1,00 DE DÍVIDA TOTAL.



*[Handwritten signature]*

DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
Análise Econômica e Financeira de 01/01/2020 até 31/12/2020

CONVIP CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI  
Diário: 9 Folha: 9

LIQUIDEZ CORRENTE

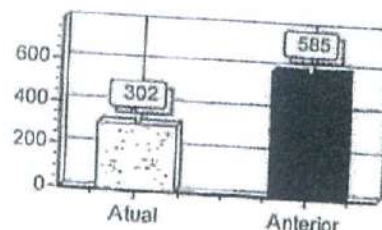
ATIVO CIRCULANTE

2.959.437,08

PASSIVO CIRCULANTE

979.543,10 = 3,02

QUANTO MAIOR, MELHOR. A EMPRESA POSSUI R\$3,02 DE ATIVO CIRCULANTE  
PARA CADA R\$1,00 DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO.



DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI  
CONTIDAS, SÃO VERDADEIRAS E ME RESPONSABILIZO POR  
TODAS ELAS.

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI  
CONTIDAS, REFLETEM A DOCUMENTAÇÃO QUE ME FOI  
ENTREGUE, SÃO VERDADEIRAS E ME RESPONSABILIZO POR

RIO DE JANEIRO, 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

*F. de Souza da Silva*  
FARCY SOUZA DA SILVA  
Sócio - Administrador  
CPF: 105.301.137-75

*Jose Luis de Moraes*  
Jose Luis de Moraes  
Contador  
CPF: 896.997.347-87

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 021063109

0010

**NOTAS EXPLICATIVAS**

DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PERÍODO DE 01/01/2020 a 31/12/2020

CAPITAL INTEGRALIZADO: 1.500.000,00  
LUCROS ACUMULADOS: 893.802,04  
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2.393.802,04  
FLUXO DO CAIXA 461.321,12

- 1 - ESSAS DEMONSTRAÇÕES FORAM EXPRESSAS SEGUNDO AS MOVIMENTAÇÕES RELATIVAS AO ANO DE 2020  
2 - O RESULTADO SE REFERE AO SALDO DO BALANÇO RH ATIVO AO ANO DE 2020

**ÍNDICES DE LIQUIDEZ**

**ENDIVIDAMENTO TOTAL**

Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	1.617.243,10	=	0,40
Ativo	4.011.045,14		

**COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO**

Passivo Circulante	979.543,10	=	0,61
Passivo Circulante + Passivo não circulante (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10		

**CAPITAL PRÓPRIO**

Patrimônio Líquido	2.393.802,04	=	0,81
Ativo circulante	2.959.437,08		

**SOLVÊNCIA GERAL**

Ativo	4.011.045,14	=	2,48
Ativo Circulante + Passivo Circulante (obrigações LP)	1.617.243,10		

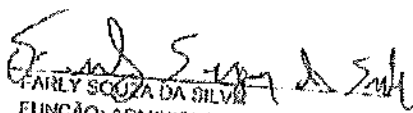
**LIQUIDEZ GERAL**

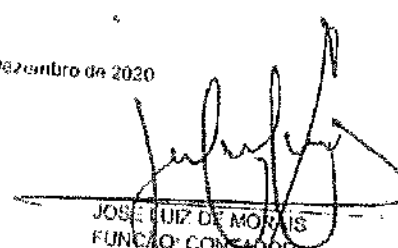
Ativo Circulante + Ativo Realizável	2.959.437,08	=	1,83
Passivo Circulante + Passivo não circulante (Obrigações a LP)	1.617.243,10		

**LIQUIDEZ CORRENTE**

Ativo Circulante	2.959.437,08	=	3,02
Passivo Circulante	979.543,10		

Rio de Janeiro 31 de Dezembro de 2020

  
CARLY SOUZA DA SILVA  
FUNÇÃO: ADMINISTRADOR  
CPF: 105.301.137-75

  
JOSE LUIZ DE MORAES  
FUNÇÃO: CONTADOR  
CPF: 898.997.347-87  
CTCRC: 070330/0-3 RJ



FOLHA: 00011

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**31/12/2020**

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

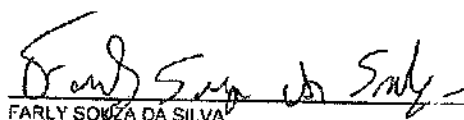
Contém este livro 000011 (onze) folha(s), numeradas eletronicamente de 000001 a 00011, do período 01/01/2020 a 31/12/2020, e serviu para os lançamentos do BALANÇO PATRIMONIAL das operações próprias do estabelecimento do contribuinte identificado:

Nome **DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA**  
Endereço **AVENIDA PASTOR MARTIN LUTHER KING JR., 126 - BLC 9 SAL 13181**  
Bairro **DEL CASTILHO**  
CEP **20765-000**  
Município **RIO DE JANEIRO - RJ**  
Insc. Municipal  
Insc. Estadual  
CNPJ **07.028.841/0001-56**

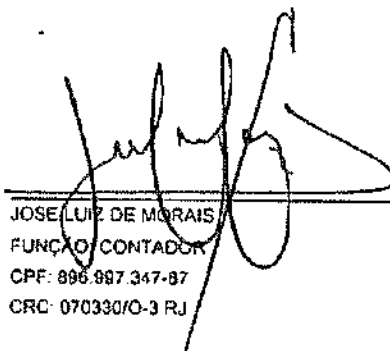
REGISTRO EM CARTÓRIO  
**254433 02/10/2012**

BALANÇO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2020

RIO DE JANEIRO, 31 de Dezembro de 2020




FARLY SOUZA DA SILVA  
FUNÇÃO: ADMINISTRADOR  
CPF: 105.301.137-75



JOSE LUIZ DE MORAIS  
FUNÇÃO: CONTADOR  
CPF: 896.987.347-87  
CRC: 070330/O-3 RJ

Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Comarca da Capital do Rio de Janeiro  
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO  
Matr. 254433  
202106101844446 14/06/2021  
Emol: 48,79. Tributo: 16,59  
Selo: EDTD 54771 MCQ  
Consulta em <https://www3.rj.jus.br/sitepublico>  
Verifique autenticidade em [rcpj.rj.com.br](http://rcpj.rj.com.br) ou pelo QRCode ao lado

  
Selo do R. de Moraes  
(União)







Poder Judiciário  
Estado do Rio de Janeiro

## CERTIDÃO

Nº 2021.995.20515

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS**, CNPJ/CPF nº 07.028.841/0001-56, **CERTIFICO**, para fins de prova em Licitação Pública que, de acordo com o artigo nono c/c os artigos cento e vinte e quatro e cento e vinte e cinco da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, (Livro III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), os **Ofícios do Registro de Distribuição na Comarca da CAPITAL do Estado do Rio de Janeiro**, são em número de nove, competindo: **I - aos dos 1º e 2º Ofícios**: o registro dos feitos da competência das Varas de Órfãos e Sucessões, das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo as da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **II - as dos 3º e 4º Ofícios**: o registro das habilitações para casamento, dos feitos de competência das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo os da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **III - aos dos 5º e 6º Ofícios**: a anotação das escrituras, procurações públicas em geral, substabelecimentos e respectivas revogações, distribuídas aos cartórios de notas e de circunscrições de numeração ímpar e par, respectivamente, e, em livro próprio, dos testamentos públicos e cerrados, bem como dos títulos judiciais e contratos particulares translativos de direitos reais sobre imóveis e das procurações em causa própria relativas a estes direitos; **IV - ao do 7º Ofício**: a distribuição, alternadamente, pelos respectivos ofícios, dos títulos destinados a protesto; **V - ao do 8º Ofício**: a distribuição, pelos respectivos ofícios, dos títulos e documentos destinados a registro; **VI - ao do 9º Ofício**: o registro dos feitos da competência das varas da Fazenda Pública do Estado (artigo 124), que lhes forem distribuídos. **CERTIFICO** ainda, que, os **Cartórios de Registro de Protesto de Títulos** são em número de quatro, numerados: 1º, 2º, 3º e 4º, e a eles compete, pelo artigo quarenta e oito do Código supramencionado, lavrar, em tempo e forma regulares, os instrumentos de proteção de letras, notas promissórias, duplicatas e outros títulos sujeitos a essa formalidade, por falta de aceite ou pagamento, fazendo as transcrições, notificações e declarações necessárias, de acordo com as prescrições legais. **CERTIFICO** mais, que, ao **2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas**, incumbe, consoante o artigo trinta e três e seguintes do Código acima citado, o registro dos atos judiciais referentes às restrições da capacidade jurídica e, privativamente, à expedição de certidões para prova da referida capacidade. Cabendo a este inclusive, registrar obrigatoriamente as sentenças declaratórias de insolvência ou de falência, a extensão desta a terceiros, as de extinção das obrigações do insolvente ou do falido, as de reabilitação deste, as decisões de deferimento das concordatas e as sentenças que a julgarem cumpridas. Através da Lei 4453/04, o registro dos atos judiciais inerentes à capacidade jurídica e a expedição de certidões para a prova de capacidade, compete ao 1º Registro Civil de Pessoas Naturais. **CAPITAL 01 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Ouvidor, 63 2. andar - Centro; **CAPITAL 02 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 19 7. andar - Centro; **CAPITAL 03 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Avenida Erasmo Braga, 227 grupo 201 - Centro; **CAPITAL 04 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Carmo, 08 3 andar - Centro; **CAPITAL 05 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: AVENIDA RIO BRANCO, 131 11 ANDAR GRUPO DE SALAS 1101, 1102, 1103 E 1104 - Centro; **CAPITAL 06 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Rio Branco, 135 sala 501 - Centro; **CAPITAL 07 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 SALAS 2201 A 2212 - Centro; **CAPITAL 08 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 salas 1515 a 1517 - Centro; **CAPITAL 09 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Nilo Pecanha, 26 Grupo 601 - Centro; **CAPITAL 01 RCPN**: Praia de Olaria, 155 Cocota - Ilha do Governador; **CAPITAL 01 OF DE REG DE PROT TITULOS**: AVENIDA ERASMO BRAGA, 227 1o. ANDAR.



GRUPOS 101 A 107, 112/113 - Centro; CAPITAL 02 OF DE REG DE PROT TÍTULOS: RUA DO CARMO, 09 3o. e parte do 4o. andares - Centro; CAPITAL 03 OF DE REG DE PROT TÍTULOS: Rua da Assembleia, 10 salas 2101 a 2110 - Centro; CAPITAL 02 OF DE REG DE INTERD I TUTELAS: Rua da Assembleia, 19 9. andar - Centro.

Observações:

- a) As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- b) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço <http://www.tjrj.jus.br/cgj>
- c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 27/10/2021 18:08:35.

Divisão de Pessoal da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro

Valor cobrado: R\$ 24,01 GRERJ Nº 8243150413200

848

19

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO - RJ  
Delegatário: Léllo Gabriel Hellodoro dos Santos

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS**  
O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E  
COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESE DOZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E UM ATÉ DOZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL  
E VINTE E UM (12/10/2001 ATÉ 12/10/2021), dele(s) \*\*\*\*\*  
\* \* \* \* \* NADA CONSEGUE

\* \* \* \* \*  
 Relativamente ao nome de DE SA CONSTRUÇÕES

Relativamente ao nome de DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS - CNPJ: 07.028.841/0001-56\*\*\*\*\*  
Rio de Janeiro, Capital em 15/10/2021. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido.  
Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 43,70, Tab.04-Ato 08: R\$ 44,65, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,89, FETJ: R\$ 17,67, FUNDPERJ: R\$ 4,41, FUNPERJ: R\$ 4,41, FUNARPEN: R\$ 3,53, ISS: R\$ 4,70. TOTAL: R\$ 123,96. EU, RICARDO DA COSTA MEIRELES (Mat.94/1867), Oficial Substituto a assino digitalmente.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)  
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E  
EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

**Podar Judiciário - TJERJ**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**EDYO 94888 MUT**  
 Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG RJ (<http://validador.e-cartorioj.com.br>).
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorioj, disponível na apple store ou Google Play.
- Provimento CGJ nº89/2016, regulamentando a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

Senhor usuário, se necessário, é possível obter cartidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.



# 20. Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7o. ANDAR - CEP 20011-020

CERP: b7b0b086-0a00-454d-919e-36ab150c32c3

REQUERIDA EM: 13/10/2021

MODELO(C)>> CERTIFICA A a B <<

PARA FINS DE: LICITACAO

976728

04/26 Pag: 0001

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador  
Jorge Constanção Cassas - Substituto

## CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 20. OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

# CERTIFICA e DÁ FÉ

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Ações de Falência ou Concordata distribuídas as Varas Competentes, bem como, Inquéritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas as Varas Criminais ou outras (art.196 da Lei de Falências), Recuperações Judiciais;
- B - Interdições previstas pela Lei no. 6024 desde 13/03/1974, que trata da intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central, do Brasil ou Ministério da Fazenda, desde:

SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E UM ATÉ SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM (07/10/2001 a 07/10/2021) dele(s).....

.....**NADA CONSTA**.....  
Relativamente ao Nome de DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS Qualificação:  
07028841000156 (conforme requerido).....

EMITIDA EM: 14/10/2021, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL  
EU REGISTRADOR ASSINO.

TOTAL R\$: 123.96

EMOL R\$: 88.35 - PMCMV(2%)R\$: 0.89 - FETJ(20%)R\$: 17.67 - FUNDPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNARPEN(4%)R\$: 3.53 - ISS(5%)R\$: 4.70

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral de Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EDX224070-CKP

Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartório, disponível na apple store ou Google Play.

868

Requerida em 13/10/2021

Finalidade declarada FINS NEGOCIAIS / CONCORRÊNCIA

8253390/2021-1.0

Modelo ESPECIAL folha C

090313991

3º Ofício do Registro de Distribuição da Capital  
CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO  
DE FEITOS AJUIZADOS



CERP: 50fe77b4-e2a7-4cf0-858c-408f13a87da6

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos ANDREG RJ (<http://validador.e-cartorio.com.br>)

- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão

- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorio, disponível na Apple Store ou no Google Play

- Provimento CGJ nº 89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado

do Rio de Janeiro

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, CERTIFICA E DÁ FÉ

a) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;

b) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;

c) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ, desde

CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL UM ate CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM (05/10/2001 ate 05/10/2021) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS**, qualificação: CNPJ 07.028.841/0001-56 (conforme requerido)

Emitida em: 13/10/2021 Rio de Janeiro, RJ, OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: NÃO CONSTAM.

EMOLUMENTOS R\$ 88,35 (Tab1, Ato1 e Tab4, Ato8) + R\$ 0.89 (Lei 6.870/2012) + R\$ 17.67 (FETJ) + R\$ 4.41 (FUNPERJ) + R\$ 4.41 (FUNPERJ) + R\$ 3.53 (FUNARPEN) + R\$ 4.70 (LEI 7128/2015) valor total R\$ 123,96

\*Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor."

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônica  
EDYK05086 ZOF  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/silepublico>

Cert. Proc. p/ /LUIZ

818

1.º Ofício do Registro de Distribuição

PALENCIA  
DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À  
LICITACAO



20211011337673

Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$43,70 Tab 19 Item 0  
R\$44,65 (FETJ) R\$17,67 (FUNPERJ) R\$4,41  
(FUNDPERJ) R\$4,41 (FUNARPEN) R\$3,53 (CG -  
PORTARIA 17/13) R\$0,89 (I.S.Q.N.) R\$4,70 =  
Total R\$123,96

# 4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho  
Titular

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto  
Substituto do Titular

O OFICIAL REGISTRADOR DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,  
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

RAFAELLI  
( )  
14/10/2021

**C E R T I F I C A**

folha: 1  
14:50:27  
DYA33758

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

I - Ações de FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;

II - Inqueritos Judiciais Fallimentares ou falências dolosas as varas criminais ou outras (art. 186 da Lei de Falências);

III - INTERDIÇÃO e/ou INDISPONIBILIDADE de BENS, previstas pela lei nº 6024 de 13/03/1974, que trata da intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda;

IV - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES de AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões afetos a este Ofício;

V - Ações distribuídas às varas da Infância, da juventude e do Idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação, desde:

TREZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E UM XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX até  
TREZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de  
DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ: 07.028.841/0001-56//  
REQUERIDA E EMITIDA EM 14/10/2021, RIO DE JANEIRO.  
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: LICITACAO. \*\*\*\*\*

OU RESCISÃO DE FÉ, EM CASO DE FALTA DE PAGAMENTO DE EMOLUMENTOS, DEVERÁ SER REQUERIDA A EMISSÃO DE NOVA CERTIDÃO.

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EDYA33758 WXB  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página  
<https://validador.e-cartorioj.com.br>  
- A certidão eletrônica estará disponível para download no site  
<https://e-cartorioj.com.br> pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.  
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorioj, disponível na apple store ou Google Play.  
- Provimento CGJ nº89/2016 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

9212668059473001

CERP: d42553ff-41c3-47ff-97d4-2f8f47866d51

88





Nº do Pedido:  
202110113376794

CERP:  
3efd75b6-807c-4741-8a61-fe86  
c3b9f566



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorioj, disponível na apple store ou Google Play

## CERTIDÃO INTERDIÇÃO E TUTELA

### CERTIDÃO NEGATIVA

JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II, Titular do 1º RCPN da Cidade do Rio de Janeiro, com atribuição de interdições e tutelas. CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica, dos mesmos **NADA CONSTA** com referência às interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referência à tomada de decisão apoiada (art. 1.783- A, do Código Civil); CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referência à Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência às interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, atual lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005, até a presente data); CERTIFICA também que **NADA CONSTA** com referência às interdições de direito (Artigo 92 - incisos I, II e III) conforme dispõe o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal), desde 20 anos retro, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência à Insolvência Civil, (Artigos 748 e seguintes da Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro, até a presente data); CERTIFICA finalmente que **NADA CONSTA** com referência à indisponibilidade de Bens nos termos de que dispõe a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data contra o nome **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS**, CPF/CNPJ 07.028.841/0001-56. O referido é verdade e dou fé. Cidade de Rio de Janeiro, aos treze (13) dias do mês de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021). Emolumentos: Tab.21 Item I + (6x) + Tab.16 Item 4 + FUNARPEN 4% + FETJ 20% + FUNDPERJ 5% + FUNPERJ 5% + ISS - TOTAL R\$ = 159,88. Eu, Elenice Araújo da Silva - Mat. 94-1741, assino.

Finalidade:

**A PRESENTE CERTIDÃO NÃO PODE SER MATERIALIZADA POR SERVIÇO EXTRAJUDICIAL, EM RESPEITO AO PROVIMENTO CNJ 46/2015, AO PROVIMENTO CGJ-RJ 37/2013 E À NOTA INTEGRANTE 28, DA TABELA 22 DA LEI 3.350/1999, INSERIDA PELA LEI 7.128/2015**

1º RCPN e de Interdições e Tutelas do Estado do Rio de Janeiro  
Oficial Registrador: JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II  
Município: RIO DE JANEIRO/RJ  
Praça da Orla, nº 155, Cocotá, Ilha do Governador  
Site: cartoriocandelaria.com.br  
Telefone: (21) 3386-1504  
Email: atendimento@1rcpn.com.br

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
**EDYB70128-EOH**  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página <http://validador.e-cartorioj.com.br>  
A certidão eletrônica estará disponível para download no site <http://e-cartorioj.com.br> pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.

Provimento CGJ nº 89/2016, regulamenta a emissão e o uso da certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro



**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ 07.028.841/0001-56

Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de  
Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Apoio a Escola  
Técnica

Assessoria Especial –Setor de Licitações Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva –  
CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ 1/30

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1**

# QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

8  
90

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2021.

Ao

Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico FAETEC PE 02/2021

**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.028.841/0001-56**, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318 CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC – RJ, **DECLARA**, possuir no endereço citado, escritório devidamente climatizado, equipado com mesas, cadeiras e computadores. Nossa estrutura atende todas as exigências do Edital, contando também com os setores de Recursos Humanos, Departamento De Pessoal, Departamento Jurídico, Setor de Contratos, Compras e Financeiro.

Nosso depósito garante estoque necessário para suprir todas demandas apresentadas.

Nossa equipe é composta pelos seguintes profissionais.

QUADRO TÉCNICO ADMINISTRATIVO		
PROFISSIONAL	QUALIFICAÇÃO	
VITOR DE PAIVA ROCHA	ADMINISTRADOR	CRA-RJ 2057653
MARCUS VINICIUS VIEIRA DE CASTRO	ENGENHEIRO CIVIL	CREA-RJ 2018120247
MANOLO SANCHES BATISTA	ENGENHEIRO ELETRICISTA	CREA-RJ 2014102073
FABIANA DE LIMA MACHADO GONÇALVES	ADMINISTRADORA DE RECURSOS HUMANOS	CRA-RJ 2056783

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ

91  
S



# DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 070.288.41/0001-56

BEATRIZ DA SILVA PINHEIRO	PSICÓLOGA	CRP 5º/50219
Juliana Magalhães Lima	DEPARTAMENTO JURÍDICO	OAB 214209

Nossos equipamentos e maquinários utilizados na limpeza e manutenção são modernos e completamente eficientes, sendo os mesmos deslocados por veículos próprios.

Veículos
S10 - Chevrolet 2014
Picape Strada - Fiat 2018
Fiorino - Fiat 2018

  
DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318  
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ

☎ (21) 3923-5276 (21) 98502-1341

✉ [desa.servicos@gmail.com.br](mailto:desa.servicos@gmail.com.br)

20  
925

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS  
DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO

Contrato de prestação de serviços profissionais que entre si fazem de um lado aqui denominado como contratante De Sá Construtora e Serviços, inscrita no CNPJ nº 070288410001-56, sociedade comercial com sede na Av. Martin Luther King Junior, 126 Torre 1000 Sala 1318 – Del Castilho, Rio de Janeiro, neste ato representada por seu representante legal Farly Souza da Silva, de outro lado, Vitor de Paiva Rocha, Administrador de Empresas, portador da carteira de identidade nº 085861821, IFP-RJ, inscrito no CPF sob o nº 008315867-70 e no CRA/RJ sob o nº 20-57653, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as seguintes cláusulas e condições.

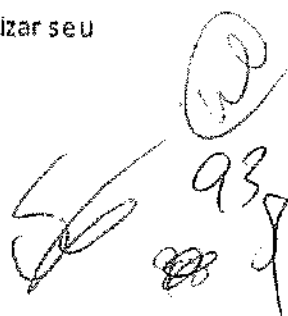
**CLÁUSULA PRIMEIRA** O Administrador prestará serviços profissionais à contratante como responsável técnico.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- a) Cumprir o presente contrato prestando os serviços de Assessoria Administrativa dentro da necessidade da Empresa para melhor desempenho e produtividade, cumprir com as responsabilidades de expedições de documentos como certidões, alvarás e outros, junto ao Conselho Regional de Administração.
- b) Realizar outros serviços na área privativa da Profissão do Administrador, desde que proposto pelo Contratante e previamente negociado entre as partes.
- c) Remeter ao Conselho Regional de Administração cópia de todas as alterações contratuais ou atos constitutivos da instituição.
- d) Empenhar-se para renovação anual do alvará da instituição. Observando o prazo fixado pelo Conselho Federal de Administração.
- e) Elaborar relatórios circunstanciados de suas atividades, no prazo de 30 (trinta) dias, quando solicitado pelo Conselho Regional de Administração.
- f) Comunicar ao Conselho Regional de Administração quaisquer violações ao Código de Ética do Administrador que venham porventura ser praticados pela instituição.
- g) Assinar todos os documentos produzidos em consequência do que supervisiona ou elabora.
- h) Informar imediatamente ao Conselho Regional de Administração a eventual rescisão contratual com a instituição.
- i) Visar, citando o número do seu registro profissional, os atestados/declarações de serviços prestados pela empresa sob sua responsabilidade nos campos privativos do administrador, previstos na alínea "b" do Art. 2º, da Lei nº 4.769-65, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, para efeito de registro e constituição do Acervo Técnico da empresa no CRA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Colocar à disposição do Contratado todas as informações necessárias para realizar seu trabalho.
- b) Pagar pontualmente os honorários profissionais.

  
93

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A prestação dos serviços mencionados na cláusula primeira deverá ser efetuada na cidade do Rio de Janeiro, em horários flexíveis, de acordo com a disponibilidade das partes, ficando convencionado que em relação a qualquer trabalho prestado fora desta cidade ficarão sob a responsabilidade do contratante as despesas de viagem cujos valores deverão ser recebidos antecipadamente pelo contratado.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Pela execução dos Serviços de Assessoria Técnica Administrativa, o **CONTRATANTE** pagará ao (a) **CONTRATADO(A)**, a importância de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), que serão pagos até o quinto dia do mês subsequente ao vencido.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A primeira mensalidade será paga ao **CONTRATADO**, no ato da assinatura do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA** – O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando em 02/07/2021, podendo ser prorrogado por igual ou menor prazo, se as partes assim concordarem.

**CLÁUSULA QUINTA** – Este contrato será rescindido automaticamente ao final da sua vigência, tornando-se vencido e, assim, executável, independente de manifestação das partes se o **CONTRATANTE** deixar de efetuar o pagamento de acordo com a cláusula terceira.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na hipótese da rescisão do contrato ocorrer antes do término da vigência, implicará em multa equivalente ao valor do restante do contrato, com base no estabelecido na **CLÁUSULA TERCEIRA**, cabendo o ônus da multa a quem der origem a rescisão.

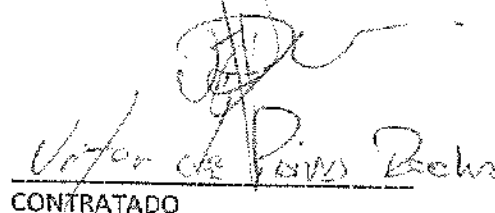
**CLÁUSULA SEXTA** – Fica convencionado entre as partes que este instrumento não caracteriza qualquer vínculo empregatício, previsto na Lei específica.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – As partes elegem o foro da Comarca do Rio de Janeiro (RJ), para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinaram o presente em duas vias de igual teor e forma.

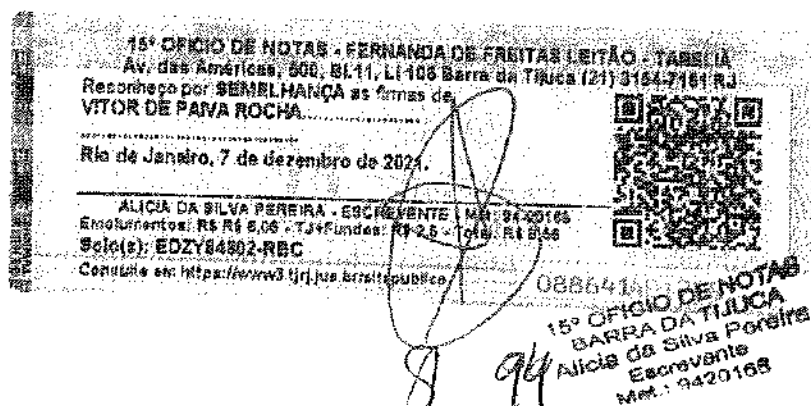
RIO DE JANEIRO (RJ), 02 de Julho de 2021.

  
CONTRATANTE

  
CONTRATADO

07.028.841/0001-56  
DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
CPF nº 08.104.101/0001-10  
Avenida Martin Luther King Jr, 126  
sala 1318 Torre 1000  
CEP 20765-000  
Dei Castilho - RJ

008.315.867-70  
CPF nº:







300 958



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 122960109200472088375-1  
Data: 01/09/2020 17:05:30  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKK65949-M3C6:



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Beiro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br

Bel. Valber Azevedo da Miranda Cavalcanti





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL Nº: 7183/2021**  
**VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021**

Declaramos para os devidos fins que o administrador VITOR DE PAIVA ROCHA - CPF: 008.315.867-70, é registrado neste CRA-RJ sob o número 20-57653 desde 25/07/2005. Informamos, ainda, que este(a) profissional encontra-se em dia com suas obrigações, estando apto ao exercício profissional.

Esta declaração é válida até 31/12/2021.

Código de verificação da certidão: 8.354233274344802

Exatidão em: 14/03/2021 às 17:42

A autenticidade desta certidão poderá ser comprovada no site do CRA-RJ  
No endereço eletrônico: [www.cra-rj.org.br/certificacao](http://www.cra-rj.org.br/certificacao) ou através do QR Code.



Rua Professor Galvão, 197 - Tijuca, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, CEP: 20271-004.

Telefone/Fax CRA-RJ: (21) 3872-9550

Endereço Eletrônico: [atendimento@cra-rj.org.br](mailto:atendimento@cra-rj.org.br) - Home-page: <https://www.cra-rj.adm.br/>

96  
8



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o(a) ADMINISTRADOR(A) VITOR DE PAIVA ROCHA é registrado(a) neste CRA-RJ sob o número 20-57653 desde 25/07/2005. Informamos, ainda, que este(a) profissional encontra-se em dia com suas obrigações, estando apto(a) ao exercício profissional, e efetuou o pagamento da anuidade de 2021 no dia 01/02/2021 no valor de R\$ 430,36(QUATROCENTOS E TRINTA REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2021.

94  
9  
822



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

CERTIDÃO DE REGULARIDADE Nº: 6834/2021

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021

Certificamos para todos os fins de direito, que a empresa DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 07.028.841/0001-56, com o endereço RUA DA QUITANDA 49 sala 206 - Bairro CENTRO - Cidade RIO DE JANEIRO - Estado de RIO DE JANEIRO, está devidamente registrada neste Conselho sob o nº 90-09363, desde 04/02/2013, tendo como Responsáveis Técnicos o(a) Adm. VITOR DE PAIVA ROCHA, RG nº 085861821, CPF nº 008.315.867-70, também registrado neste Conselho sob o nº CRA-RJ 20-57653, de 25/07/2005, VITOR DE PAIVA ROCHA, RG nº 085861821, CPF nº 008.315.867-70, também registrado neste Conselho sob o nº CRA-RJ 20-57653, de 25/07/2005. CERTIFICAMOS, ainda, que a referida empresa encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta autarquia, até o exercício de 2021, estando apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à profissão de Administração. O referido é verdade.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

VITOR DE PAIVA ROCHA

Registro: 20-57653 expedido em  
25/07/2005

TÍTULO: ADMINISTRADOR  
ADMINISTRADOR

Código de controle da certidão: 0.961806752329361

Emitida em: 08/03/2021 às 13:38

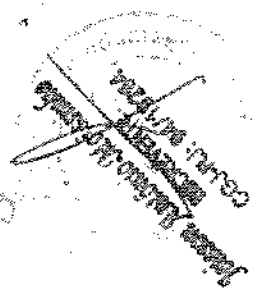
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ  
No endereço [sistemacra.rj.com.br/craonline/validacertidao](http://sistemacra.rj.com.br/craonline/validacertidao) ou através do QR Code.



989



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Seropédica  
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa De Sá Construções e Serviços LTDA, estabelecida na Avenida Pastor Martin Luther King Jr. 126, Bloco 09, Sala 1518, Tor 1 - Del Castilho - Rio de Janeiro-RJ inscrita no CNPJ sob nº 07.028.841/0001-56, presta serviços de terceirização de mão de obra especializada, conforme Contrato nº 124/2020, período de 12 meses tendo início no período de 10 de outubro de 2020 e término em 09 de outubro 2021 para Prefeitura Municipal de Seropédica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.604.139/0001-07, conforme detalhado e relacionado abaixo:

### 1 - Objeto do contrato:

Prestação de serviços de Portaria/ Fundo Municipal de Saúde

### 2 - Efetivo Utilizado no Contrato:

Função	Quantidade de Funcionários
Porteiros	31

### 3 - Valor do Contrato de Trabalho:

R\$ 1.410.000,00 (um milhões, quatrocentos e dez mil reais)

### 4 - Informações Adicionais:

A De Sá Construções e Serviços LTDA, atendeu plenamente todas as solicitações e demandas da contratante, sempre com qualidade e presteza, e que não existe nada que desabone sua conduta profissional, operacional e executiva.

Declaramos para os devidos fins que os serviços executados estiveram plenamente satisfatórios e em perfeita obediência às cláusulas contratuais, atendendo todas as expectativas, não tendo nada que desabone sua idoneidade e conduta técnica e comercial.

Seropédica, 03 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

Renê Mello Vignê  
Secretário Municipal de Saúde  
Mat.: 17.445-PMS

999  
99



Contrato nº 124/2020

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL COMO CONTRATANTE, E A DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, COMO CONTRATADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, NA FORMA ABAIXO.

Aos dias 09 do mês de novembro do ano de 2020, na Rua Maria Lourenço, 18 - Fazenda Caxias - Seropédica/RJ, o MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, ao final identificado a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, e a Empresa De Sá Construções e Serviços Ltda, estabelecida na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126 - Torre 1000 - Sala 1318, Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por Farly Souza da Silva, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2020, realizado por meio do processo administrativo nº 3347/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal 02/2007, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações posteriores, pela Lei Federal 4.320/64, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

O objeto do presente contrato é A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR

O valor total do presente contrato é de R\$ 1.410.000,00 (um milhão quatrocentos e dez mil reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão da efetiva entrega realizada e aceita, sem





que o (a) Município esteja obrigado (a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Segundo - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) Setor de Protocolo e Arquivo do Município.

Parágrafo Terceiro - O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Sede da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Quarto - No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quinto - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no Setor de Protocolo e Arquivo do Município e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Sexto - O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no Setor de Protocolo e Arquivo do Município.

Parágrafo Sétimo: O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de (crédito em conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA, transferência bancária, etc), competindo ao Município escolher o meio mais conveniente, dentre os indicados, para efetuar o pagamento.

#### CLÁUSULA QUINTA- REAJUSTE

Não será admitido o reajuste de preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro - A Fiscalização dos serviços caberá a comissão designada por ato do Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto - Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços prestados, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou



remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- PRAZO

O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados da assinatura.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo - O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de 30 (trinta) dias a contar do recebimento, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I - Os serviços deverão estar de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;
- II - tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da prestação de serviços;
- III - responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV - atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V - substituir, por sua conta e responsabilidade, os itens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI - responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa prestação de serviços;
  - a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Seropédica como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
  - b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
  - c) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Seropédica da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município seja compelido a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
  - d) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.
- VII - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;
- VIII - responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;



## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I - Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;
- II - Realizar a fiscalização do objeto contratado.

## CLÁUSULA DÉCIMA - ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

A aceitação do objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação de Comissão de Fiscalização designada pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil ou o responsável pelo expediente, que constatará se os serviços prestados atendem a todas as especificações contidas no Edital que ensejou a presente contratação.

Parágrafo Primeiro - O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo - Os serviços cujos padrões de qualidade estejam em desacordo com a especificação do Edital e seus anexos deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá substituir quaisquer bens defeituosos ou qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não substitua os bens não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o Município de Seropédica através da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos artigos 7º da Lei Federal 10.520/02 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- (d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas "a", "b", "c" e "d" do caput desta Cláusula, no prazo de 5

1038  
208





(cinco) dias úteis, e no caso da alínea "e" do caput desta Cláusula, no prazo de 10 (dez) dias úteis.  
Parágrafo Segundo - As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Terceiro - A sanção prevista na alínea "e" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada às licitantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- (a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- (b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- (c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quarto - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no veículo de Imprensa Oficial do Município do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto - As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto - Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Sétimo - Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Oitavo - As multas previstas nas alíneas "b" e "c" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono - A aplicação das sanções estabelecidas nesta Cláusula é da competência do Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

- a) Recurso a ser interposto perante a autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do caput da Cláusula anterior ou da ciência da decisão de rescisão do Contrato;
- b) Pedido de Reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea "e" do caput da Cláusula anterior;
- c) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observados o § 2º e incisos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - A rescisão operará seus efeitos a partir da notificação pessoal inequivocamente recebida ou da publicação do ato administrativo no veículo de Imprensa Oficial do Município, caso frustradas duas tentativas de notificação pessoal.

1048  
509



Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do fornecimento não realizado, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Quarta, caput, alínea "c", deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de rescisão sem culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá promover:

- (a) a devolução da garantia eventualmente prestada;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao saldo das faturas relativas ao fornecimento efetivamente realizado e aceito até a data da rescisão, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Quinto - No caso de rescisão amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim, e à devolução da garantia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder a terceiros a responsabilidade pela execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à aquisição dos bens ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 0522.10.302.023.2837, Código de Despesa 3.3.90.39.05, tendo sido empenhada a importância de R\$ 235.000,00, por meio da Nota de Empenho nº 255/2020. O restante necessário para a satisfação total da despesa será empenhado a conta da dotação orçamentária referente ao orçamento do próximo exercício (2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca de Seropédica- RJ para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no veículo de Imprensa Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da qualidade dos bens objeto deste Contrato, correm à conta da CONTRATADA.

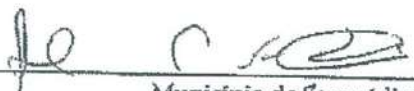
c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na sede do Município de Seropédica.

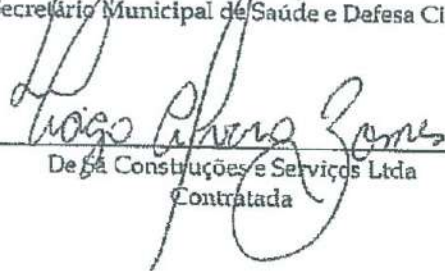
1057  
fz



E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Seropédica, 09 de novembro de 2020.

  
Município de Seropédica  
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil

  
Hugo Ribeiro Gomes  
De Sa Construções e Serviços Ltda  
Contratada

07.028.841/0001-56  
DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
Av. Pastor Martin Luther King Jr, 126,  
sala 1318 Torre 1000  
CEP 20765 - 000  
Del Castilho - RJ

Testemunha

Testemunha

07.028.841/0001-56

DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
Av. Pastor Martin Luther King Jr, 126,  
sala 1318 Torre 1000  
CEP 20765 - 000  
Del Castilho - RJ

106  
8



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Rua Maria Lourenço nº 18  
Centro  
SEROPEDICA - RJ  
C.N.P.J.: 13.813.107/0001-09

**Processo: 3947/2020**

**Data:**     /     /

**Folha:** \_\_\_\_\_

**Rubrica:**

## Nota de Empenho

Processo: 3947/2020	Empenho: 255	Exerc.: 2020	Ficha: 283739212	TIPO: Ordinário	CRÉDITO: Orçamentário e Suplementar
---------------------	--------------	--------------	------------------	-----------------	-------------------------------------

**CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Unidade:	0522	Fundo Municipal de Saúde
Função:	10	SAÚDE
Sub-Função:	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:	023	Programa Saúde em Seropédica
Ação:	2837	Manutenção, Administração e Operacionalização da
Elemento:	3.3.90.39.05	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J
Fonte:	21	Transferências Estaduais para Saúde

### DADOS COMPLEMENTARES

Modalidade:	-Pregão eletrônico para registro de preços
Base Legal:	37 - Pregão, Lei 10.520/02 de 17.07.2002
Contrato:	-
Convênio:	-
Cat. de Despesa:	1 - OUTROS
Incorporação:	-
Despesa de Pessoa[	

9060000000000	9060000000000	9060000000000
9060000000000	9060000000000	9060000000000

**CREDOR:**

R. Social Nome: 33171 DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

C.N.P.J.:07.028.841/0001-58

**R.G.:**

**LEI:**

## Let

**Επιδόσεις:**

**Balto:**

Cidade/UF: SEROPEDICA / RJ

**HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA**

Reserva orçamentária para contratação de empresa para prestação de serviços de portaria para um período de 02(dois) meses.

**Data do Empenho: 05/11/2020**

**Itens do Empenho:**

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtd	Valor Único	Valor Total

**Total: R\$235.000,00**

VALUE	R\$36000,00	VALOR DE DESPESAS - OUTROS GASTOS COM MANUTENCAO
-------	-------------	--

Wm. L.

**Fabiana de Azevedo Resende**  
Contador  
11819

101  
5007



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

**CERTIDÃO DE RCA**

VALIDADE ATÉ 13/04/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
--------------	-------------------------------------

Endereço	: DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-09363      Estado: RJ      CNPJ: 07.028.841/0001-56

Resp. Técnico	: VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	: 20-57653

**REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA**

Contratante: OSBRAVI - ORGANIZACAO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA

RCA

Nº 20201000100102

Data: 26/Maio/2020

Código de controle da certidão: 0.15050291445590835  
Emitida em: 13/10/2021 às 07:37  
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ



108  
1508  
S

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A OSBRAVI – ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA, CNPJ/MF Nº 17.517.805/0001-00, com sede na Rua Desembargador Lima Castro, 224/201, Fonseca, Niterói-RJ, ATESTA para fins de Licitação, sob as penas da lei, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a DE SÁ ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.028.841/0001-56, com sede na Rua da Quitanda, 49 sala 206 – Centro – RJ – CEP: 20.011-030 firmou contrato com a Osbravi, a fim de prestar os serviços através do contrato firmado com a PREFEITURA DE MARICÁ, para ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS NO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ, no período de 26 de Agosto de 2015 a 26 de Agosto de 2016.

Objeto:

✓ VIGIA	35 Profissionais
✓ MOTORISTA	17 Profissionais
✓ AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	117 Profissionais
✓ APOIO OPERACIONAL	83 Profissionais

Registramos ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que desabone sua capacidade técnica, administrativa e comercial até a presente data.

Niterói, 18 de Setembro de 2016.

  
CLAUDIO ROCHA DE SOUZA  
PRESIDENTE

  
Vitor de Paiva Rocha  
Administrador  
C.R. nº: 20-57653

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ  
Cep: 24.120.350  
contatoosbravi@yahoo.com

109  
909  
S  
Digitalizado com CamScanner



CONTRATO Nº 002/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO,

A EMPRESA OSBRAVI – ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA,

NA FORMA ABAIXO.

A EMPRESA OSBRAVI – ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA, com sede na Rua Desembargador Lima Castro, 224/201, Fonseca, Niterói-RJ, 17.517.805/0001-00, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE", neste ato representado pelo Sr. Claudio Rocha de Souza, e a empresa DE SÁ CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, sociedade limitada, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro/RJ, situada na Rua da Quitanda, nº 49 – sala 206, Centro, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.028.841/000-56, doravante denominada simplesmente como "CONTRATADA", neste ato representado por Pedrelina da Silva Procópio, portador da Carteira de Identidade nº 20.357.513-9 expedida pela DETRAN RJ, e CPF nº 098.905.297-42, resolvem pelo presente e na melhor forma do direito, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, para os fins previstos na Clausula Primeira, de acordo com as demais cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de terceirização de mão de obra pela CONTRATADA, para a **PREFEITURA DE MARICÁ**, com objetivo de **ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS NO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ**.

Objeto:

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ  
Cep: 24.120.350  
contatoosbravi@yahoo.com

110  
5  
S  
Digitalizado com CamScanner

✓ VIGIA	35 Profissionais
✓ MOTORISTA	17 Profissionais
✓ AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	117 Profissionais
✓ APOIO OPERACIONAL	83 Profissionais

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A vigência do Contrato de Prestação de Serviços inicia-se a 00 (zero) hora do dia **06/08/2015** e termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia **06/08/2016**, podendo ser prorrogada por igual período.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 731.6335,00 (setecentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta e três Reais), perfazendo o valor total de R\$ 8'779.596 (oito milhões setecentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e seis Reais).

## CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da respectiva Nota Fiscal.

## SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ  
Cep: 24.120.350  
contatoosbravi@yahoo.com

Digitizado com CamScanner



## CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia contratual, no valor de 5% (cinco por cento) do valor contratado, e critério, julgar inconveniente; conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

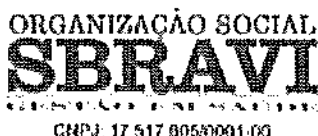
A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar os serviços objetos, na forma e nos prazos previstos;
- b) Diligenciar no sentido de que seus empregados cumpram rigorosamente os horários estabelecidos para prestação dos serviços;
- c) Fornecer e substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os materiais ou bens danificados em consequência de manipulação ou uso inadequado por seus empregados;
- d) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- e) Responder pelos danos de qualquer natureza causados a CONTRATANTE, e ou terceiros, em razão de acidentes, de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.
- g) Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham incidir sobre os serviços objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela CONTRATANTE;
- h) Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas da CONTRATANTE;

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ  
Cep: 24.120.350  
contatoosbravi@yahoo.com

187  
Digitalizado com CamScanner





- A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, denominado Gestor do Contrato.

Com fundamento na base legal que rege este CONTRATO, a CONTRATADA, no caso de inobservância/ descumprimento de seus dispositivos, ficará sujeita às seguintes sanções e penalidades, garantida a prévia defesa:

- ## CLÁUSULA OITÁVA – DA RESCISÃO

### SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtos todos os efeitos em direitos previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas que a tudo assistiram e do que dão fé.

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ  
Cep: 24.120.350  
contatoosbravi@yahoo.com

Digitalizado com CamScanner




**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epifânio Pessoa - 1145  
Bairro das Estrelas, João Pessoa - PB



Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2015

  
\_\_\_\_\_  
**Claudio Rocha de Souza**  
Presidente Osbravi

  
\_\_\_\_\_  
**Pedrelina da Silva Procópio**  
De Sá Engenharia

**TESTEMUNHAS:**

- 1) Nome:  
CPF:
- 2) Nome:  
CPF:

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ  
Cep: 24.120.350  
contatoosbravi@yahoo.com

124  
509  
Digitalizado com CamScanner



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

**CERTIDÃO DE RCA**

VALIDADE ATÉ 09/06/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8866/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Endereço	: DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-09363      Estado: RJ      CNPJ: 07.028.841/0001-56
Resp. Técnico	: VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	: 20-57653

**REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA**

Contratante: FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RCA                      Nº 20211000100087                      Data: 31/Março/2021

Código de controle da certidão: 0.22596947404  
Emitida em: 09/12/2021 às 14:36  
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ



115  
520  
8



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **De Sá Construções e Serviços Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 07.028.841/0001-56, estabelecida na Avenida Martin Luther King Jr, 126, Torre 1000, sala 1318, Nova América Offices, bairro Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ, prestou serviços de vigia, à **Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro**, CNPJ nº 32.079.907/0001-84, estabelecida na Praça Floriano s/n, Centro, Rio de Janeiro/RJ contemplando 21 (vinte e um) postos, no período de 02/06/2020 a 02/09/2021, conforme Contrato nº 001/2020, no valor global de R\$821.025,95 (oitocentos e vinte e um mil e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Informamos ainda que os serviços contratados foram prestados de forma satisfatória, não existindo em nossos registros nada que desabone sua conduta e responsabilidades com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2021.

CLARA MARIA PAULINO CÁO

Presidente

Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro

Thiany Silva Teles  
Escritor  
Mat. 9418568

9º Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico e dou fê que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado

Rio de Janeiro/RJ 08/12/2021 15:10:31

Thiany Silva Teles-Mat: 9418568

Serventia: R\$ 6,25 TJ+Fundos: R\$ 2,55 TOTAL: R\$ 8,8

EDU19461-AQW - Consulte em <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>

RUA SÃO CRISTÓVÃO, 486 - L.D.3A B - SÃO CRISTÓVÃO - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20940-001 - TEL: 3295-0972 / 3295-0140

093138AB314444

GRANDE TABELIONATO DA COMARCA DA CAPITAL





Governo do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Theatro Municipal

Diretoria Administrativa e Financeira

**CONTRATO****CONTRATO FTMRJ Nº 001/2020**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGIA, COM POSTOS DE TRABALHO COMPOSTOS POR MÃO-DE-OBRA RESIDENTE, E EQUIPAMENTOS INCLUSOS, COM JORNADA DE TRABALHO DE 12X36, 07 (SETE) DIAS POR SEMANA NAS DEPENDÊNCIAS DA FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO PARA AS UNIDADES: PRÉDIO HISTÓRICO DO THEATRO MUNICIPAL, PRÉDIO ANEXO, CTP - CENTRAL TÉCNICA DE PRODUÇÕES E NCTP - NOVA CENTRAL TÉCNICA DE PRODUÇÕES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**

A **FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FTMRJ**, com sede na Praça Floriano s/nº, Centro, Rio de Janeiro, CNPJ nº 32.079.907/0001-84, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Presidente **Aldo Mussi Lopes Teixeira**, portador da cédula de identidade nº 05.365.809-2, inscrito no CPF sob nº 826.053.607-25 e a empresa **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** situada na Av. Martin Luther King Jr, 126, Torre 1000, sala 1318, Nova América Offices, bairro Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.765-000 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.028.841/0001-56, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **Farly Souza da Silva**, cédula da carteira nacional de habilitação nº 05924239939, Detran/RJ, e inscrito no CPF sob nº 105.301.137-75 domiciliado na Rua Doutor Albert Sabin, s/n, Bloco D, Casa 28, Lote 13, bairro Campo Alegre, Nova Iguaçu/RJ, CEP 26.292-334, resolvem celebrar o presente contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGIA**, com postos de trabalho compostos por mão-de-obra residente, e equipamentos inclusos, com jornada de trabalho de 12x36, 7 (sete) dias por semana nas dependências da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro para as unidades: Prédio Histórico do Theatro Municipal, Prédio Anexo, CTP - Central Técnica de Produções e NCTP - Nova Central Técnica de Produções, com fundamento no processo administrativo nº **E-18/005/294/2019**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório do **Pregão FTMRJ nº 010/2019**, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O presente **CONTRATO** tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGIA**, com postos de trabalho compostos por mão-de-obra residente, e equipamentos inclusos, com jornada de trabalho de 12x36, 7 (sete) dias por semana nas dependências da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro para as unidades:



Prédio Histórico do Theatro Municipal, Prédio Anexo, CTP - Central Técnica de Produções e NCTP - Nova Central Técnica de Produções na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/06/2020.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para a FTM/RJ.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA FTM/RJ**

Constituem obrigações da FTM/RJ:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.
- e) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e Termo de Referência;
- f) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por representante especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos a FTM/RJ para as devidas providências cabíveis;
- g) notificar a CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução do serviço, determinando o prazo de 03 (três horas) horas a partir da notificação para sua correção ou regularização, observando-se o escopo do serviço no Termo de Referência;
- h) Fornecer todas as informações pertinentes ao presente contrato para que a CONTRATADA possa realizar o pactuado, dentro do que foi especificado no contrato assinado;
- i) Efetuar os pagamentos nas condições e valores pactuados à CONTRATADA.
- j) Definir as rotinas de vigilância, segurança e vigia em suas dependências, mantendo a CONTRATADA informada;
- l) Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA nas áreas de execução da prestação de serviços correspondentes;
- m) Disponibilizar local destinado a vestiário, para utilização dos empregados da CONTRATADA;

1189

- n) Não permitir que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas contratualmente;

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

##### Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à FTM RJ, aos usuários ou terceiros.
- o) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- p) na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:  
  
I - até 200 empregados..... 2%;

II - de 201 a 500..... 3%;

III - de 501 a 1.000..... 4%;

IV - de 1.001 em diante. .... 5%.

q) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

r) Submeter à FTM/RJ, antes do início da execução do contrato, a relação dos vigias, sua respectiva distribuição, nos postos de trabalho, bem como uma cópia reprográfica, da ficha de registro de cada empregado, indicando o nome, endereço e o número da carteira de identidade, visando à entrada em suas dependências para execução das tarefas na ocorrência de substituição;

s) Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos Postos relacionados e nos horários fixados, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme estabelecido.

t) Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, quanto aos vigias: calça social, camisa social meia-manga, sapa tênis preto, capa de chuva, jaqueta de frio, crachá, Distintivo tipo broche, Livro de Ocorrências, Apito, Lanterna com 03 (três) pilhas, 20 (vinte) rádios comunicadores compatíveis com o Transceptor digital Portátil (modelo DEP450);

u) Para as Unidades da Fundação Teatro Municipal - FTM/RJ fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito:

VIGIA FEMININO		VIGIA MASCULINO	
Vestuário/Acessório	Quantidade	Vestuário	Quantidade
Calça ou Saia Social	02 unidades	Calça Social	02 unidades
Blazer ou Casaco Social	02 unidades	Paletó ou Casaco Social	02 unidade
Blusa Social	02 unidades	Blusa Social	02 unidades
Sapato Social Preto	02 pares	Sapato Social Preto	02 par
Meia Social	03 pares	Meia Social	03 pares
Rede para Cabelo	03 unidades	Cinto	1. nidade

v) Obrigatório fornecimento de, pelo menos, dois uniformes completos aos seus funcionários;



- x) A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados.
- z) Fornecer os respectivos uniformes e acessórios ao vigilante e vigia no momento da implantação dos Postos.
- aa) Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- bb) Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da FTM/RJ.
- cc) Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- dd) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela FTM/RJ, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.
- ee) Atender de imediato às solicitações quanto à substituição da mão de obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços, que estiver sem uniforme ou identificação, que embarçar a fiscalização da FTM/RJ, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- ff) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da FTM/RJ, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- gg) Relatar à FTM/RJ toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;
- hh) O supervisor da CONTRATADA, para o Lote I, deverá, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno e noturno) alternados;
- ii) Responder a CONTRATADA pela indenização de danos causados por seus empregados e/ou prepostos à FTM/RJ;
- jj) Apresentar e manter seus empregados e prepostos em serviço devidamente uniformizados e com aparência pessoal adequada;
- ll) Na ocorrência de acidentes em que forem vítimas seus empregados e/ou prepostos em decorrência da execução da prestação de serviços, ou em sua conexão ou contingência, deverá a CONTRATADA assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho;
- mm) Responsabilizar-se por todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação de serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- nn) Responsabilizar-se pelos roubos, furtos, extravios e danos causados ao patrimônio da FTM/RJ, quando apurada a culpa da CONTRATADA através de processo administrativo interno, obrigando-se a reparar a avaria, repor o bem ou indenizar a FTM/RJ, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante comunicação formal. Esgotado este prazo a FTM/RJ se reserva o direito de efetuar a glosa do valor correspondente na primeira fatura apresentada subsequente à apuração da ocorrência.
- oo) A CONTRATADA deverá fornecer à FTM/RJ, previamente, a relação nominal dos seus empregados que atuarão na execução dos serviços, nela contendo Registro Geral, Matrícula e outros dados individuais necessários ao cumprimento das exigências que comprovem a qualificação exigida neste termo.
- pp) Assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da mão-de-obra, de aparelhos e de equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;
- qq) Responsabilizar-se por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que a qualquer título, venha causar à FTM/RJ e ao Patrimônio Arquitetônico e Artístico, ao Estado do Rio de



Janeiro, e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços;

rr) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações decorrentes da legislação tributária, trabalhista e previdenciária, os quais correrão exclusivamente por sua conta;

ss) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito;

tt) Assumir total responsabilidade pela guarda do armamento nos períodos em que o mesmo não esteja sendo utilizado, na forma da legislação vigente;

uu) Providenciar livro de ocorrência, dotado de páginas numeradas, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços, devendo ser encaminhada, mensalmente junto com a nota fiscal, uma cópia.

vv) Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, e não utilizar o nome da FTM/RJ para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia;

xx) As normas de segurança constante deste Termo de Referência não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência no desenvolvimento dos serviços;

zz) Fornecer postos adicionais de vigilância e vigia quando solicitado pela FTM/RJ, por escrito, com, no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, em função de demandas temporárias, como reuniões, leilões, encontros e eventos. O pagamento dos postos adicionais se efetuará pelo número de horas efetivamente cumpridas e somente será autorizado com indicação de números de vigilantes e horas previstas trabalhadas, desde que previamente autorizadas pela Fiscalização da FTM/RJ;

aaa) Conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informando, mensalmente, à FTM/RJ os nomes dos funcionários em férias, bem como daqueles designados para repor, imediatamente, os postos;

bbb) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração.

ccc) Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

ddd) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Natureza das Despesas:	3390
Fonte de Recurso:	100
Programa de Trabalho:	15430.13.122.000.2016
Nota de Empenho:	2020NE00155



**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 1.485.666,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil seiscientos e sessenta e seis reais), em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 123.805,50 (cento e vinte e três mil oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos).

**PARAGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da FTM RJ especialmente designado(s) pelo Ordenador de Despesa, conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a. provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelo fiscal mencionado no parágrafo primeiro, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a entrega do bem/produto;
- b. definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 30. (trinta) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

123



**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea g, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA é responsável por danos causados a FTMRJ ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a FTMRJ, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO SEXTO** – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A FTMRJ deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 1.485.666,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais), em 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 123.805,50 (cento e vinte e três mil oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos) cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente no Banco BRADESCO, na conta corrente nº 16367-8, agência 7050 Olegário Maciel, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela FTMRJ a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro, sito à Av. Almirante Barroso, 14/16 – 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

**PARÁGRAFO SEXTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001

**PARÁGRAFO NONO** – A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do

1268524

órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

**A CONTRATADA** deverá apresentar à FTMRJ, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à FTMRJ decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.



**PARÁGRAFO SEXTO** – A FTMRJ poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei n° 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da FTMRJ, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

128  
9

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no **PARÁGRAFO TERCEIRO** também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea h do caput e nas alíneas a e b, do **PARÁGRAFO SEGUNDO** serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

129  
§

b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetidas à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO SÉTIMO -** As multas administrativas, previstas na alínea b do caput e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

**PARÁGRAFO NONO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela FTMRJ ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Se o valor das multas previstas na alínea **b** do *caput*, na alínea **b**, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas **a** e **b** do *caput* e nas alíneas **a**, **b** e **c**, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea **d**, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

140  
306

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **FTMRJ** que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso a **FTMRJ** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **FTMRJ** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **FTMRJ**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **FTMRJ**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato, deverá seu extrato ser publicado dentro do prazo de 20 (vinte) dias no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **FTMRJ**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

142  
JTB

**PARÁGRAFO ÚNICO** — O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**CLÁUSULA DECIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 29 de maio de 2020.

---

**FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL**  
**ALDO MUSSI LOPES TEIXEIRA**

---

**DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**  
**FARLY SOUZA DA SILVA**

---

TESTEMUNHA

(NOME, CPF e RG)

---

TESTEMUNHA

(NOME, CPF, RG)

143  
5039

@cidade\_unidade@, 29 maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por FARLY SOUZA DA SILVA, Usuário Externo, em 29/05/2020, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



Documento assinado eletronicamente por Aldo Mussi Lopes Teixeira, Presidente, em 29/05/2020, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador 5016942 e o código CRC A927A11E.

Referência: Processo nº SEI-180005/000019/2020

SEI nº 5016942

Av. Almirante Barroso, 14/16, 5 andar, @cidade\_unidade@/RJ, CEP 20031050  
Telefone:

1448



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

**CERTIDÃO DE RCA**

VALIDADE ATÉ 13/04/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Endereço	: DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-09363 Estado: RJ CNPJ: 07.028.841/0001-56
Resp. Técnico	: VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	: 20-57653

**REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA**

Contratante: JJ TRANSPORTES RIO EIRELI

RCA Nº 20191000100262 Data: 18/Julho/2019

Código de controle da certidão: 0.6134061738656522

Emitida em: 13/10/2021 às 07:37

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ



145

## JJ TRANSPORTE RIO DE JANEIRO



Conselho Regional de Administração  
CRA/RJ

presente ATESTADO/DECLARAÇÃO  
parte integrante da CERTIDÃO n.º 13679/2019.

CA nº 100262 de 18 / 07 / 2019

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

22/07/2019 Apoio Administrativo  
Setor de Registro de Documentos  
(SEPR) CRAM

Atestamos para devidos fins, que a empresa DE SÁ ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ de numero :07.028.841.0001-56, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro na rua Da quitanda, 49 sala 206 -centro -CEP.20011-030- detém qualificação técnica para atuar na prestação de serviços de terceirização de mão de obra.

A referida empresa desenvolveu no ano de 2014 com competência os serviços prestados de, 30 Motoristas (categoria D), 10 Motoristas (categoria C), 5 Motoristas (categoria B), 2 ASG, 2 Recepcionistas, 2 vigias diurnos e 2 noturnos.

Os serviços contratados foram prestados com excelência, qualidade e de acordo com os objetivos e prazos pré-estabelecidos.

WMA ICAU 18/07/2019

JJ TRANSPORTE RIO EIRELI

7 Ofício de Notas - Rua Otávio Tarquino, 51  
Interventor: FRANKLIN LACERDA GOMES.

Reconheço as firmas por Semelhança de:  
JOSE JORGE CANDIDO MONTEIRO

Emois: R\$ 5,61, Fetj: R\$ 1,12, Fundperj: R\$ 0,28, Funper: R\$ 0,28  
Funarpen: R\$ 0,22, Fmcmv: R\$ 0,11, Iss: R\$ 0,28, Total: R\$ 7,90

Nova Iguaçu/RJ, 18/07/2019

SELMA XAVIER DA SILVA CABRAL Em test. da verda  
EDCK 88454 VVJ Consulte <https://www3.tj.rj.jus.br/silepublic>

089367 AA,58 142 9

7º OFÍCIO DE NOTARIAS  
Sistema Xavier da S. (afinal)  
Escritório  
Matrícula 94/165

JJ TRANSPORTE RIO EIRELI

CNPJ:19.656.417/0001-35

RUA : CONSTITUIÇÃO,346 QUADRADO GALPÃO

CEP. 26.022-670 -BAIRRO - VILA ABOLIÇÃO - NOVA IGUAÇU

Scanned with CamScanner



Autenticação Digital Código: 122961908204031321440-1  
Data: 19/08/2020 16:34:16  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB





# CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular, celebrando entre as partes, a saber:

**CONTRATANTE:** JJ TRANSPORTE RIO EIRELI, empresa estabelecida à Rua Constituição, 346- Galpão -Nova Iguaçu -RJ inscrita no CNPJ sob o nº 19.656.417/0001-35, neste ato representado pelo Sr. JOSE JORGE CANDIDO MONTEIRO, RG. 02014875668, inscrito no CPF/MF sob nº 110.607767-90.

**CONTRATADA:** DE SÁ ENGENHARIA S/S LTDA, empresa estabelecida à Rua Da Quitanda, 49 SL 206 - centro - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.028.841/0001-56 neste ato devidamente representada pelo ILTON DOMINGOS GOMES DE SÁ JUNIOR, portador da cédula de identidade RG nº 2114078, inscrito no CPF/MF sob nº 034151397-00.

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** têm entre si justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

## I - OBJETO

1ª - A **CONTRATANTE**, por intermédio do presente instrumento, contrata os serviços especializados da **CONTRATADA** na área de terceirização de mão de obra especializada em Funções operacionais para cuidar da limpeza em 5 mil metros quadrados, recepção tratando o cliente gerenciando entrada de documentos diariamente, vigia cuidando do patrimônio tanto na área interna como na área externa do galpão e 45 (quarenta e cinco) motoristas sendo 30 categoria D, 10 C e 5 B, Fazendo as rotas rio são Paulo e rio espírito santo deixando claro que nenhum motorista é fixo pode mudar de acordo com a contratante.

**Parágrafo Único** - Os serviços serão desenvolvidos e prestados de acordo com as necessidades, condições e especificações fornecidas pela **CONTRATANTE**.

## II - CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

2ª- Os serviços contratados serão executados mediante solicitação da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, que a partir desta solicitação deverá executar os serviços em conformidade com as normas e condições estabelecidas no presente contrato.

3ª - Os serviços contratados serão prestados com orientação e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**, no estabelecimento da **CONTRATANTE**, de conformidade com os cronogramas de execução dos serviços, estabelecido de comum acordo entre as partes contratantes, devendo sempre ser respeitado e priorizado as necessidades da **CONTRATANTE**.

4ª- A **CONTRATANTE**, durante a vigência do presente contrato e quando o serviço for executado no seu estabelecimento, permitirá que a **CONTRATADA** se utilize de suas instalações e de todos os seus equipamentos e maquinários necessários à execução dos serviços ora contratados.

**Parágrafo Único** - Ocorrendo esta hipótese, a **CONTRATADA** ficará responsável pelo bom uso dos equipamentos cedidos para a execução dos serviços, bem como pelos eventuais danos causados aos equipamentos da **CONTRATANTE**.

5ª - Para a fiel execução dos serviços, objeto do presente contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a:

147  
JPB





a) - Respeitar integralmente as normas internas e disciplinares vigentes no estabelecimento da **CONTRATANTE**, bem como facilitar a ação fiscalizadora da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;

b) - Responder pela guarda e conservação de quaisquer equipamentos, materiais ou documentos e informações sigilosas de propriedade da **CONTRATANTE**, que lhes forem entregues durante a execução dos serviços contratados.

### III - REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

6ª - A título de remuneração pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, a quantia discriminada de R\$ 125.300,00 a ser pago mensalmente, dando 1'503.600,00 ao término do contrato. O valor a ser pago será determinado pela multiplicação das horas efetivamente trabalhadas pelo valor/hora constante nessa cláusula. A **CONTRATANTE** fará a liberação do pagamento, mediante a apresentação dos apontamentos diários das horas trabalhadas e mediante a apresentação da competente Nota Fiscal de Serviços.

**Parágrafo Único** - A forma de pagamento da remuneração dos serviços prestados será feita por qualquer título admitido em direito.

### V - PRAZOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

7ª - O prazo para o pagamento da remuneração pelos serviços prestados pela **CONTRATADA** será de 7 dias após o recebimento da Nota Fiscal de Serviços.

**Parágrafo Único** - Se a **CONTRATADA** utilizar durante a execução dos serviços objeto do presente contrato, produtos de sua autoria e devidamente registrado pela mesma perante o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI, não se aplicará esta cláusula.

8ª - O desenvolvimento das obras ou produtos pela **CONTRATADA**, objeto deste contrato, deverá ocorrer em caráter exclusivo à **CONTRATANTE** que será a única a explorá-los comercialmente durante a vigência do presente instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - O licenciamento previsto nesta cláusula abrange também eventuais aperfeiçoamentos técnicos que vierem a serem efetuados pela **CONTRATADA** nas obras ou produtos objeto de licenciamento.

**Parágrafo Segundo** - Para fins do disposto nesta cláusula, a **CONTRATADA** se obriga a assinar os eventuais instrumentos de licenciamento, cessão e transferência de direitos que se fizerem necessários para o cumprimento da obrigação ora avençada.

### VII - PRAZO DE VIGÊNCIA E HIPÓTESES DE RESCISÃO

9ª O presente contrato vigorará por pelo prazo de 12 meses, com início na data de 14/04/2014

, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos.

10ª Este contrato poderá ser rescindido na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

a - Insolvência, dissolução judicial ou extrajudicial, pedido de recuperação judicial, decretação de falência de qualquer das partes;

b - Força maior, conforme previsto e definido no art. 393, parágrafo único do Código Civil e;

c - Descumprimento de qualquer das cláusulas e condições do presente contrato.

*[Handwritten signature and initials]*

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente contrato com fundamento nos casos dos itens "a", "b" e "c" desde que preenchidos os requisitos ali estabelecidos, não acarretará o pagamento de multa.

NOVA IGUAÇU 14 DE ABRIL DE 2014.

Contratante: [assinatura]  
JJ TRANSPORTE RIO EIRELI

7º OFÍCIO

Contratada: [assinatura]  
DE SÁ ENGENHARIA LTDA

7º OFÍCIO

Testemunhas:

1ª) \_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_

7º Ofício de Notas - Rua Otávio Tarquino, 51  
Interventor: FRANKLIN LACERDA GOMES

APE 009367AA581418

Reconheço as firmas por Semelhança de:

JOSE JORGE CANDIDO MONTEIRO \*\*\*\*\*

ILTON DOMINGOS GOMES DE SA JUNIOR \*\*\*\*\*

Emols: R\$ 5,61. Fetj: R\$ 1,12. Fundperj: R\$ 0,28. Funperj: R\$ 0,28.

Funarpen: R\$ 0,22. Pmcvm: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,28. Total: R\$ 7,90.

Nova Iguaçu/RJ, 18/07/2019.

SELMA XAVIER DA SILVA CABRAL. Em test. [assinatura] da verdadeira. Conf.

EDCK 86449 NWM. EDCK 86450 ADN Consulte <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

7º OFÍCIO DE NOTAS-N.I.  
Selma Xavier da S. Cabral  
Escritor  
Matrícula 94/165

TABELONATOS  
Rua Otávio  
Tarquino, 51  
11.2557-7640

505 149





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

**CERTIDÃO DE RCA**

VALIDADE ATÉ 13/04/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Endereço	: DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-09363      Estado: RJ      CNPJ: 07.028.841/0001-56
Resp. Técnico	: VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	: 20-57653

**REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA**

Contratante: LILÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME

RCA                      Nº 20201000100101                      Data: 26/Maio/2020

Código de controle da certidão: 0.5455785523991515  
Emitida em: 13/10/2021 às 07:36  
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ  
No endereço [sistema.cra-rj.org.br/raonline/validarcertidao](http://sistema.cra-rj.org.br/raonline/validarcertidao) ou através do DR Corde.



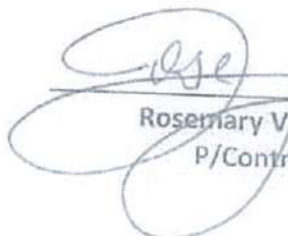
*Handwritten signature and number 150*

A LILÁS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, com sede e foro na Cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua Rui Barbosa, nº 495, nova Cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 68.557.818/0001-43, atesta para fins de comprovação de qualificação técnica, que a empresa DE SÁ ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.028.841/0001-56, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com sede na Rua da Quitanda, 49 sala 206 – Centro – CEP: 20.011-030 firmou contrato com esta empresa para prestação de serviços em caráter complementar conforme discriminados abaixo, de acordo com o contrato, de 10 de Fevereiro de 2014 a 10 de Fevereiro de 2015, dentro das qualidades e características das prestações dos serviços a presente data.

Postos de serviço, objeto deste Contrato são:

PROFISSIONAIS	EFETIVO
1- Auxiliar de Serviços Gerais - ASG	32
2- Copeiro	08
3- Porteiro	08
4- Vigia	10
5- Auxiliar Administrativo	15
6- Recepcionista	04
<b>TOTAL:</b>	<b>77</b>

Nilópolis, 25 de Abril de 2015.

  
Rosemary Vargas Melo  
Auxiliar Administrativo  
P/Contratante

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ  
Contato: (21) 2791-7742  
E-mail: lilas.cosmeticos@yahoo.com





CONTRATO Nº 002/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A EMPRESA LILÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA E DE OUTRO DE SÁ CONSTRUÇÕES & REFORMAS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

A LILÁS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, com sede e foro na Cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua Rui Barbosa, nº 495, nova Cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 68.557.818/0001-43, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE", neste ato representado pela Srª. Rosemary Vargas Melo, portadora da Carteira de Identidade nº 07030594-1 expedida pelo DETRAN/RJ, e CPF nº 847.068.457-15, e a empresa DE SÁ CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, sociedade limitada, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro/RJ, situada na Rua da Quitanda, nº 49 – sala 206, Centro, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.028.841/000-56, doravante denominada simplesmente como "CONTRATADA", neste ato representado por Pedrelina da Silva Procópio, portador da Carteira de Identidade nº 20.357.513-9 expedida pela DETRAN RJ, e CPF nº 098.905.297-42, resolvem pelo presente e na melhor forma do direito, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, para os fins previstos na Clausula Primeira, de acordo com as demais cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de terceirização de mão de obra pela CONTRATADA, nas dependências da CONTRATANTE, inclusive nas áreas externas comuns e mobiliários, com fornecimento de equipamentos e materiais de limpeza, de acordo com as normas ambientais vigentes.

PROFISSIONAIS	EFETIVO
1- Auxiliar de Serviços Gerais - ASG	32
2- Copeiro	08
3- Porteiro	08
4- Vigia	10
5- Auxiliar Administrativo	15
6- Recepcionista	04
<b>TOTAL:</b>	<b>77</b>

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ  
Contato: (21) 2791-7742 E-mail: lilas.cosmeticos@yahoo.com

*[Handwritten signatures and initials]*

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A vigência do Contrato de Prestação de Serviços inicia-se a 00 (zero) hora do dia **10/02/2014** e termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia **10/02/2015**, podendo ser prorrogada por igual período.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 280.710,00 (duzentos e oitenta mil, setecentos e dez Reais), perfazendo o valor total de R\$ 3.368.520,00 (três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte Reais).

## CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da respectiva Nota Fiscal.

## SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

## CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia contratual, no valor de 5% (cinco por cento) do valor contratado, e critério, julgar inconveniente; conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Executar os serviços objetos, na forma e nos prazos previstos;
- Diligenciar no sentido de que seus empregados cumpram rigorosamente os horários estabelecidos para prestação dos serviços;
- Fornecer e substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os materiais ou bens danificados em consequência de manipulação ou uso inadequado por seus empregados;

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ  
Contato: (21) 2791-7742 E-mail: lilas.cosmeticos@yahoo.com

153 8



- d) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- e) Responder pelos danos de qualquer natureza causados a CONTRATANTE, e ou terceiros, em razão de acidentes, de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.
- g) Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham incidir sobre os serviços objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela CONTRATANTE;
- h) Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas da CONTRATANTE;
- i) Assumir a responsabilidade integral e ilimitada pela vinculação trabalhista, exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do Contrato, nas dependências da CONTRATANTE;

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, denominado Gestor do Contrato.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento na base legal que rege este CONTRATO, a CONTRATADA, no caso de inobservância/ descumprimento de seus dispositivos, ficará sujeita às seguintes sanções e penalidades, garantida a prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;

### CLÁUSULA OITÁVA – DA RESCISÃO

Dar-se-á a rescisão do presente Contrato, independentemente da aplicação de outras cominações legais cabíveis, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas neste acordo contratual.

### SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir litígio surgido da eventual inexecução do presente Contrato, no todo ou em parte,

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ  
Contato: (21) 2791-7742  
E-mail: lilas.cosmeticos@yahoo.com

P 154

104

8

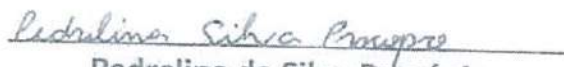


renunciando as partes contratantes, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtos todos os efeitos em direitos previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas que a tudo assistiram e do que dão fé.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 2014

  
Rosemary Vargas Melo  
P/Contratante

  
Pedrelina da Silva Procópio  
P/Contratada

#### TESTEMUNHAS:

- 1) Nome:  
CPF:
- 2) Nome:  
CPF:

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ  
Contato: (21) 2791-7742 E-mail: lilás.cosmeticos@yahoo.com

155 9



ARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 122961908206603331634-4  
Data: 19/08/2020 16:34:21  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C-AV19996-5310



Cartório Azevêdo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br

Rel. Valor Anual 2019 - R\$ 1.500,00  
TUPB

